



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LEONEIDE MARIA DE FREITAS PEREIRA

**ANÁLISE DA HISTÓRIA DA CIDADE REMÍGIO A PARTIR DA OBRA “REMÍGIO,
BREJOS E CARRASCAIS”, DE PERÍCLES VITÓRIO SERAFIM**

JOÃO PESSOA - PB
2021

LEONEIDE MARIA DE FREITAS PEREIRA

**ANÁLISE DA HISTÓRIA DA CIDADE REMÍGIO A PARTIR DA OBRA “REMÍGIO,
BREJOS E CARRASCAIS”, DE PERÍCLES VITÓRIO SERAFIM**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
História como requisito para obtenção de
título de Licenciado (a) em História.

Orientação: Prof. Dr. Ângelo Emílio da
Silva Pessoa.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436a Pereira, Leoneide Maria de Freitas.

Análise da história da cidade de Remígio a partir da obra "Remigio, brejos e carrascais", de Péricles Vitório Serafim / Leoneide Maria de Freitas Pereira. - João Pessoa, 2021.
61 f. : il.

Orientação: Ângelo Emílio da Silva Pessoa.
TCC (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Serafim, Péricles Vitório. 2. História local-Remígio. 3. IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano). 4. Historiografia. I. Pessoa, Ângelo Emílio da Silva. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 930.1(043.2)

**ANÁLISE DA HISTÓRIA DA CIDADE REMÍGIO A PARTIR DA OBRA “REMÍGIO,
BREJOS E CARRASCAIS”, DE PERÍCLES VITÓRIO SERAFIM**

Leoneide Maria de Freitas Pereira

Aprovado em _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
Orientador

Nota []

Profª Drª Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
Avaliadora

Nota []

Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
Avaliador

Nota []

Dedico este trabalho aos meus pais, Orestes Alves de Freitas (*in memoriam*) e Luiza Freire de Freitas, foram seus ensinamentos e conduta que formaram a pessoa que sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus filhos, Danielle, pela paciência, incentivo, por me ouvir e tirar muitas dúvidas ao longo do curso e pela grande contribuição na compra de livros. Daniel, pelo incentivo em voltar aos estudos, por fazer o papel de motorista me levando e buscando na UFPB. Sem a paciência e compreensão deles eu não teria conseguido chegar até aqui. Agradeço aos meus filhos felinos Mimico, Frida, Lilika e Lolita pela companhia em momentos de descontração, mostrando a necessidade de saber dar pausas nos estudos.

Agradeço a todos os professores (as) que passaram por minha trajetória em busca de trazer luz ao conhecimento, agradeço a compreensão de todos, que em muitos momentos me ouviram, perceberam minhas dificuldades no aprendizado por ter ficado muito tempo sem estudar. A cada um de vocês “adoráveis mestres e mestras”, expresso a minha gratidão e o meu carinho, a minha admiração e respeito. Desde criança aprendi com minha mãe o valor do professor na formação de uma pessoa. O professor é essencial na vida de qualquer indivíduo, é esse posicionamento que tenho passado para meus filhos. Não vou citar o nome de todos para não cometer o erro de deixar alguém de fora.

Aos monitores que foram de grande importância no incentivo, na explicação dos conteúdos, em particular, muito obrigada a Juliana Barros e a Dárcya Jeanne. Também agradeço aos meus colegas da Residência Pedagógica, Jordânia, Letícia, Rodolfo, Reginaldo, Aridelson, Hugo e Igor, e ao professor coordenador do Programa Residência Pedagógica Dr. Mozart Vergetti de Menezes e ao professor preceptor José Peucelle da escola Mestre Sivuca, local onde realizamos o estágio docente obrigatório. Agradeço a CAPES pelo auxílio financeiro tão necessário aos estudantes das Instituições de Educação Pública.

Agradeço aos demais colegas da Turma 2016.1: Adriano Casemiro, Amanda Paulo, Claudemberg Araújo Domênica, Gabriela Gomes, Isaias, Maria Eduarda, Maria Vitória Schulze, Matheus Pereira, Laércio, Micheline Pessoa, Sergio Luis, Piêtra Porpino, Thales Brito, e Thayna Caroline Pontes (*in memoriam*), pelos momentos de descontração na Praça da Alegria e eventos acadêmicos e por terem dividido comigo essa fase tão especial da minha vida.

Aos meus colegas de turma, em especial Aldenize por explicar, por ler meus trabalhos, por incentivar na caminhada acadêmica, sem sua contribuição eu não chegaria aqui, lembrarei sempre com carinho. Helton, que no início do curso exerceu o papel de monitor, lendo os textos de Introdução aos Estudos Históricos, posteriormente os textos de Teoria da

História, ao meu entender, foram mais difíceis de interpretar, agradeço-lhe por passar horas comigo no Chip da UFPB, após as aulas, fazendo os trabalhos das disciplinas.

Em especial, agradeço ao professor Ângelo, por ministrar suas aulas com dedicação, entusiasmo e amor à profissão. Suas aulas além de encantadoras, também são musicais, e com lições que carregaremos para a vida, e também por aceitar meu convite para orientar este trabalho. Também agradeço à Professora Serioja Mariano e ao Professor Fernando Pureza terem despendido parte de suas ocupadas agendas para serem avaliadores desse trabalho.

A todos e todas que caminharam ao meu lado, o meu muito obrigada!

Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (pios será que se compreende alguma vez perfeitamente o que não se sabe dizer?), uma grande finesse de linguagem, [uma cor correta no tom verbal] são necessárias. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir.

(Marc Bloch, 2001)

RESUMO

A presente monografia visa entender a história do município de Remígio – PB, a partir da obra “Remígio, Brejos e Carrascais”, publicada em 1992 por Péricles Vitório Serafim, partindo de uma revisão historiográfica que permitiu esclarecer quais as temáticas priorizadas pelo autor, e quais ele minimizou ou deixou de fora de sua narrativa, bem como o seu método de investigação. Como fonte, utilizamos o próprio livro “Remígio: Brejos e Carrascais”, a bibliografia adicional encontrada sobre a história da cidade, dados acerca da vida do autor e obras de autores paraibanos que versam sobre a temática. Esperamos que a realização do trabalho possa contribuir para outros pesquisadores da História Local.

Palavras-chave: Remígio; História Local; IHGP; Péricles Vitório Serafim; Historiografia.

ABSTRACT

The monograph aims to understand the history of the municipality of Remígio - PB, based on the work “Remígio, Brejos e Carrascais”, published in 1992 by Pércles Vítório Serafim, starting from a historiographic review that allows clarifying which themes were prioritized by the author and which ones he minimized or left out of his narrative. As sourcem we used the book “Remígio: Brejos e Carrascais”, the bibliography found on the history of the city, data on the life of the author and works by authors from Paraíba that deal with the theme. We hope that the work will contribute to other researchers in Local History.

Keywords: Remígio; Local History; IHGP; Pércles Vítório Serafim; Historiography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Regional da Paraíba com destaque para o município de Remígio	28
Figura 2 – Mapa Regional de Remígio.....	30
Figura 3 – Mapa Mesorregiões da Paraíba	30
Figura 4 – Imagem da Lagoa de Remígio	31
Figura 5 – Imagem da cidade de Remígio	34
Figura 6 – Imagem da Bandeira e Brasão de Remígio	36
Figura 7 – Clube S.A.E.R.....	44
Figura 8 – Clube S.A.E.R.....	45
Figura 9 – Clube S.A.E.R.....	45
Figura 10 – Péricles Vitório Serafim	46
Figura 11 – Imagem capa do livro Remígio, Brejos e Carrascais	48
Figura 12 – Sede atual da Fazenda Tanques.....	50
Figura 13 – Ruínas da Maternidade das Escravizadas	51
Figura 14 – Foto: Tanques onde era curtido o couro.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População, escolarização e saúde	33
Tabela 2 – Situação domiciliar Urbana e Rural de Remígio	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional de História
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
URNE	Universidade Regional do Nordeste
USP	Universidade de São Paulo
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA E DA HISTÓRIA LOCAL	16
1.1 O IHGP E OS FUNDAMENTOS DA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA	18
1.2 A RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA: DIÁLOGOS E TENSÕES.....	22
1.3 A HISTÓRIA LOCAL E A HISTORIOGRAFIA LOCAL NA PARAÍBA.....	25
2 REMÍGIO: UMA CIDADE E SUA HISTORIOGRAFIA	28
2.1 LOCALIZAÇÃO E SUAS ESPECIFICIDADES	28
2.2 CARACTERÍSTICAS SIMBÓLICAS DA CIDADE DE REMÍGIO	36
2.3 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE REMÍGIO	37
2.4 BREJOS E CARRASCAIS: UMA “HISTÓRIA GERAL” DE REMÍGIO.....	46
3 UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE “BREJOS E CARRASCAIS”	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

A historiografia é um campo através do qual o historiador analisa e compreende a produção de obras históricas. Ela só pôde ser considerada como disciplina científica a partir do século XX, quando se intensificou a estruturação teórica e, principalmente, metodológica da área, ao passo em que se desenvolviam os estudos historiográficos dos escritos, dos métodos e das interpretações produzidas pela História.

De acordo com Silva e Silva (2019), o pioneiro nesse processo foi o historiador suíço Eduard Fueter, em 1911. Se antes era considerada como uma simples lista bibliográfica, a historiografia evoluiu consideravelmente, além de agregar suas próprias interpretações. Como ferramenta do ofício do historiador, a historiografia nos permite estudar, analisar e identificar o discurso de cada historiador e a época em que sua obra é escrita (SILVA; SILVA 2009).

Nesse sentido, por meio do estudo daqueles que escreveram a História antes de nós e do processo de como escreveram essas histórias, a historiografia nos permite entender os elementos comuns aos intelectuais de um mesmo período (SILVA; SILVA, 2009), bem como o lugar social do qual eles partem e como esse lugar social vai incidir sobre os elementos a serem destacados na sua investigação.

Nessa perspectiva, surge o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), onde realizou-se uma análise historiográfica da obra *Remígio, Brejos e Carrascais* (1992) de Péricles Vítório Serafim¹, identificando os critérios utilizados por esse autor para a realização de sua obra, analisando suas características de produção, seus pressupostos teóricos, seus procedimentos metodológicos e investigando os elementos que, estando presentes ou ausentes, marcam a narrativa e a obra de Serafim.

Além da escolha da temática surgir de um interesse particular, já que Remígio se trata de minha cidade natal, este trabalho também possui, no nosso entendimento, uma extensa relevância social e acadêmica para a compreensão de Remígio, contribuindo para um melhor conhecimento historiográfico da cidade e dos estudos de história local. Neste caso, a sistematização desta investigação interessa, em certo sentido, a todos os paraibanos, de uma maneira geral, e remigenses que amam essa cidade, de maneira particular.

Ainda no escopo das escolhas que estruturaram a nossa pesquisa, cumpre salientar que a análise mais detida da obra *Remígio, Brejos e Carrascais* (1992) se deu por esta trazer um enquadramento mais detalhado acerca do desenvolvimento da cidade, porque este pretende

¹ Referência fundamental para a história da Cidade de Remígio, na Paraíba.

cobrir uma ampla periodização, que iria da fundação aos dias mais recentes, por se configurar como a referência mais difundida sobre a história da cidade e porque ainda são poucos os trabalhos escritos sobre Remígio que nos deem subsídio, por exemplo, para fazer uma análise comparativa. Ademais, além do valor intrínseco de seus livros, vale salientar que, em 2021, Serafim continua sendo um intelectual influente na vida da cidade, o que contribui ainda mais para a difusão de sua obra.

Metodologicamente, realizou-se uma análise historiográfica do que há escrito sobre a cidade de Remígio, revisitando a obra escrita por Serafim e dando procedimento à revisão dessa história contada por ele. Por meio do que o autor escreveu sobre a cidade, procuramos elementos relacionados aos nossos objetivos.

Para a realização do objetivo geral que é realizar uma análise historiográfica da obra *Remígio: Brejos e Carrascais* (1992), elencamos os seguintes objetivos específicos: realizar uma discussão acerca da Cidade de Remígio, investigando quem é Péricles Vitório Serafim e verificando aspectos de elaboração da sua pesquisa sobre a cidade; analisar como o autor construiu sua narrativa sobre a história de Remígio, identificando quais sujeitos históricos o autor privilegiou e quais os sujeitos que ele considerou como menos importantes e por isso estão ausentes de sua narrativa. Dessa forma, foi possível analisar como o autor construiu sua “História de Remígio”, quais elementos ele priorizou e quais elementos ele deixou de mencionar, em outras palavras, quais são as presenças, as ausências e os silenciamentos de sua obra.

De início, a nossa perspectiva era investigar a história de Remígio dos Reis (primeiro morador da localidade onde hoje está assentada a cidade de Remígio) e da formação colonial de Remígio, mas nos deparamos com a falta de documentos acerca da vida do mesmo, bem como a situação pandêmica impediu o acesso a importantes arquivos do Estado. Assim, a pesquisa teve como ponto de partida a cidade de Areia, pois sua história está interligada com a história de Remígio, já que a última foi comarca da primeira. Desta forma, novos conhecimentos, novos olhares puderam surgir e isso nos ajudou a compreender como se deu o processo histórico da formação da cidade de Remígio a partir da obra “Remígio, Brejos e Carrascais” de Péricles Vitório Serafim (1992).

Lendo a obra nos deparamos com uma questão interessante: por que o autor enfatiza tanto personagens com domínio político-administrativo sobre Remígio e deixa de lado personagens da vida comum da cidade? A partir dessa pergunta foi possível debruçar-se na leitura da obra para verificar como o autor analisou a história da cidade e em que momentos deu destaques a essas figuras, criticando também sua escolha metodológica por fazer uma

história mais focada nos aspectos político-institucionais e nas famílias de proeminência, não enfocando de maneira mais detida a presença de outros atores sociais para além desses “homens da boa sociedade”.

Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa para entender quem é esse autor enquanto “indivíduo social”, ponto importante para compreender os seus critérios de seleção na escrita de sua obra, e o porquê de suas escolhas como autor. Em seguida, foi entendido como essa obra se constrói. Quais as suas partes? Como ele organiza sua narrativa? Quais os “enquadramentos” que ele usa para contar a sua história? Que elementos ele privilegia?

Assim, o presente trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, tecemos considerações e estabelecemos relações entre a historiografia paraibana e a história local dentro de uma perspectiva mais ampla da produção do conhecimento historiográfico. Nele, abordamos mais especificamente questões acerca do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, bem como de outras perspectivas que surgem com a renovação da historiografia acadêmica da década de 1950. No segundo capítulo, adentramos na nossa temática principal por meio da contextualização acerca da cidade de Remígio, abordando, por um lado, seus aspectos históricos, geográficos e simbólicos, e, por outro, os autores e a produção historiográfica sobre a referida cidade, tratando mais detalhadamente sobre Péricles Vitório Serafim. No terceiro capítulo, realizamos uma análise historiográfica da referida obra, explicitando seus principais pontos e analisando quais recortes, acerca da história de Remígio, o autor traz à tona em seus escritos.

Entre os pontos principais das nossas considerações finais, destacamos que foi possível concluir que alguns fatores favoreceram o olhar de Serafim, como ter laços familiares com parentes influentes na política da cidade, como deputados e fazendeiros, além de fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano que prioriza as ações dos grandes homens e formação do caráter remigense como homem pacato, guerreiro e resistente.

1 PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA E DA HISTÓRIA LOCAL

Para a compreensão da historiografia paraibana e, mais especificamente, da história local, é preciso pensá-las dentro do contexto mais amplo da historiografia enquanto um campo do conhecimento permeado de fases, correntes e complexidades. Nesse sentido, a preocupação com a historiografia vem

[...] desde a produção clássica greco-romana, tanto na Antiguidade como na Idade Média, quando os diversos cronistas, historiadores e escritores de história em geral tiveram o cuidado de situar sua obra entre outras produções do seu tempo, ou seja, possuíam uma preocupação de cunho historiográfico (SILVA; SILVA, 2009, p. 190).

Segundo esses autores, nesse campo de estudo, a historiografia francesa teve grande influência, principalmente, a Escola dos *Annales* que no início do século XX revolucionou a escrita da História no Ocidente. Essa escola historiográfica tinha como principal crítica a historiografia considerada positivista. Segundo Silva e Silva (2009), só o Materialismo Histórico enquanto uma “perspectiva teórico-metodológica de grande sucesso foi capaz de concorrer com os *Annales*”, principalmente com os ingleses Eric Hobsbawm, E. P. Thompson e Christopher Hill, defensores da de uma renovada história social.

Outras correntes historiográficas também se destacaram, no final do século XIX, como a Escola Metódica, influenciada pelo pensamento do filósofo alemão Leopold von Ranke (1795-1886), que priorizava o documento e a busca da objetividade na escrita da história. Alguns dos maiores defensores dessa perspectiva de Ranke foram os historiadores franceses da chamada Escola Metódica, entre os quais se destacam Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), autores de um importante manual de metodologia da História, *Introdução aos Estudos Históricos* (1898), que marcou a formação de gerações e que se caracterizava pela defesa de uma história narrativa, predominantemente política e de caráter nacionalista.

A historiografia brasileira, desenvolvida a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), foi marcada pela influência europeia, especialmente francesa desde os seus primeiros tempos. Entre esse momento de criação do IHGB e o começo do século XX, importantes intelectuais debateram a escrita de uma história nacional e defenderam a expansão dos estudos históricos (GUIMARÃES, 1988), tendo levado posteriormente à criação de Institutos Históricos em algumas Províncias do Império (como os de Pernambuco,

1862 e Ceará, 1887) e Estados da Federação (Bahia, 1894; São Paulo, 1894 ou Minas Gerais, 1907), após a instalação do regime republicano.

Importantes obras e historiadores surgiram nesse período, com destaque para Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e sua *História Geral do Brasil* (1854-57), João Capistrano de Abreu (1853-1927), com seus *Capítulos de História Colonial* (1907) e Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), com seu *Populações Meridionais do Brasil* (1920), que foram importantes marcos na nossa produção historiográfica. Nos anos 1930, com intensas mudanças vivenciadas pelo país, buscou-se uma renovação dos debates intelectuais e no conhecimento histórico, quando despontaram três autores e obras que também se tornaram muito influentes na nossa historiografia pelas décadas seguintes e até hoje são consideradas “clássicas”: Gilberto Freyre (1900-1987), com seu *Casa Grande e Senzala* (1933); Caio Prado Júnior (1907-1990), com *Evolução Política do Brasil* (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), com *Raízes do Brasil* (1936).

Nessa mesma década de 1930, com a criação dos primeiros cursos de Graduação em História no Brasil, até os anos de 1970/1980, permaneceu essa forte influência da historiografia francesa, sendo a Universidade de São Paulo (USP) o seu centro de desenvolvimento inicial, considerando, inclusive, a presença de historiadores franceses como Fernand Braudel (1902-1985), que esteve entre os primeiros docentes desse Curso entre 1937 e 1939, com a criação da cadeira de História das Civilizações, seu substituto Jean Gag   (1902-1986), que permaneceu na USP de 1938 a 1946 e Jean Gl  nisson (1921-2010), que esteve à frente da recém-criada cadeira de Metodologia e Teoria da História entre 1957 e 58, tendo sido autor de *Iniciação aos Estudos Históricos* (1961), um importante manual para a formação de gerações de historiadores brasileiros (COSTA, 2015). Nos anos seguintes surgiram diversos Cursos Superiores de História em vários Estados, ampliando em demasia a produção historiográfica nos mesmos. Após esse período, dos anos 70 para c  , houve uma maior diversificação das correntes historiográficas e hoje temos maior intercâmbio com autores ingleses, alemães, estadunidenses e outros.

Portanto, diante do exposto, percebe-se o quanto    importante o trabalho historiográfico, sem ele o historiador não teria como comparar diferentes linhas teóricas e metodológicas, situar um ator e sua obra no tempo em que foi escrita, perceber as relações entre a escrita da História e o seu tempo presente, bem como as correntes historiográficas que se formam a partir da influência que determinados autores, temas e obras exercem no cenário historiográfico.

1.1 O IHGP E OS FUNDAMENTOS DA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA

A história da Paraíba e dos municípios paraibanos vem sendo construída ao longo dos anos e no final do século XIX já apareciam obras pioneiras, como a *História da Província da Paraíba* (1886, mas apenas publicada pela primeira vez em 1912), de Maximiano Lopes Machado (1821-1895) e *Notas sobre a Parahyba* (1893), de Irineu Joffily (1843-1902). Mas é a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), fundado em 7 de setembro de 1905, que escritores como Irineu Ferreira Pinto (1881-1918), com suas *Datas e Notas para a História da Paraíba* (1908), João Coriolano de Medeiros (1875-1974), com seu *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* (1911), Celso Mariz (1885-1982), e seus *Apanhados Históricos da Paraíba* (1922), José Américo de Almeida (1887-1980), com *A Paraíba e Seus Problemas* (1923) e, mais recentemente, Horácio de Almeida (1896-1983), com sua *História da Paraíba* (1966), escreveram grandiosas obras buscando construir uma identidade própria dos paraibanos, separada da história de Pernambuco e da história do Brasil. Nesse sentido, os fundadores do IHGP são considerados os primeiros historiadores da Paraíba, sendo os primeiros a mapear, catalogar e sistematizar a história paraibana, “antes não havia História da Paraíba, só a partir desse momento é que começa a historiografia paraibana” (DIAS, 1996, p. 19-25).

Destacando alguns pontos dessas obras, em seu já mencionado *Datas e Notas para a história da Paraíba* (1908), por exemplo, Irineu Pinto firmou, com esse trabalho, a cronologia da história paraibana que inspirou o recorte da “história oficial” do Estado (GONÇALVES, 2007, p. 27). Também não podemos deixar de reiterar a menção a Irineu Joffily com *Notas sobre a Parahyba* (relançado em 1908), onde o autor fala da relação entre o campo e a cidade e a colonização do interior da Paraíba. O já citado Coriolano de Medeiros, com o seu *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* (1911), apresenta um verbete específico sobre Remígio, sobre o qual discutiremos adiante. Já em *A Paraíba e Seus Problemas* (1923), José Américo de Almeida aborda os problemas sociais, econômicos e climáticos enfrentados pelo Estado Paraibano no século XX. Horácio de Almeida, por sua vez, além da obra já citada, escreveu “*Brejo de Areia*” (1958), obra que conta o processo de desenvolvimento socioeconômico da cidade de Areia, com a qual Remígio tem uma forte relação histórica.

Até a década de 1950, com a criação dos cursos de História nas universidades da Paraíba, era o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano que protagonizava a produção da História da Paraíba, seguindo o modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Como já dissemos, este havia sido criado, no Rio de Janeiro, em 1838, com o apoio

da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o IHGB, tinha como missão principal a construção da identidade coletiva brasileira independente de Portugal, mas sem romper todo o tipo de relações com o país colonizador; constituindo, portanto, uma

[...] tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras (GUIMARÃES, 1988. p. 6).

Nessa mesma linha, outra autora aponta que o IHGB buscava uma

[...] história sem rupturas. Sem rupturas internas, sem diferenças, nem rupturas externas. O Brasil independente foi pensado como continuação de civilização europeia. A continuação de tudo que Portugal representava como cultura europeia nos trópicos (DIAS, 1996, p. 31).

Essa história teria certa característica em relação à definição da “identidade nacional”, que englobava uma visão pretensamente europeia e que negava a presença de outros protagonistas em sua formação histórica:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia [sic] de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros (GUIMARÃES, 1988. p. 7).

Nesse sentido, e seguindo essas premissas, o IHGB foi o maior incentivador da criação de Institutos Históricos e Geográficos locais, com o objetivo de que esses produzissem as histórias regionais e a catalogação de fontes para percorrer o caminho de volta ao IHGB e contribuir para formulação da história geral do Brasil. Além desta coleta de documentos nas Províncias e da realização de viagens de exploração ao interior de todo país, também havia, por um lado, a promoção de viagens de alguns membros do instituto ao exterior para coletar documentos e, por outro, a publicação da Revista do mesmo, como forma de divulgação dos estudos da instituição (DIAS, 1996).

Ademais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à época da sua fundação, era constituído por burocratas, na maioria formados nas Universidades de Coimbra e Lisboa, mas manteve um perfil elitizado posteriormente. É essa elite letrada que vai pensar e construir uma identidade brasileira a partir das suas próprias premissas. Seguindo esse modelo, os fundadores do IHGP são em sua maioria funcionários públicos e burocratas, tendo formação no Liceu Paraibano e na Faculdade de Direito de Recife. Faziam parte deste quadro: políticos, juristas, professores e profissionais liberais mais destacados do Estado (DIAS, 1996).

A historiadora Margarida Maria Santos Dias realizou um brilhante trabalho crítico, intitulado *Intrepida Ab Origene*, onde ela analisa a historiografia produzida pelo IHGP, principalmente nos seis primeiros números da Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, publicados entre 1909 e 1928. Segundo Dias (1996), a história paraibana desenvolvida no IHGP, se caracteriza como uma historiografia de cunho de exaltação do passado paraibano e de predomínio de uma matriz político-administrativa, estando desvinculada das relações sociais das quais a mesmo é componente. Uma história predominantemente masculina, cuja continuidade ainda pode ser observada hoje em dia no modo de escrever de boa parte de seus integrantes e de pessoas ligadas ao IHGP e a outras instituições.

Desde o início de sua fundação que acompanha o processo de mudança do regime monárquico para o republicano, o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), esteve vinculado ao Estado e baseado nas premissas do regime republicano teve a tarefa de legitimar o regime vigente, através da elaboração de heróis e mártires paraibanos e, assim construir uma identidade local. O principal objetivo do IHGP, segundo Dias (1996), era a construção de uma “paraibanidade”, ou seja, construir a identidade paraibana, distinta da identidade nacional.

Importante frisar que o surgimento do IHGP se deu em 1905, nos primeiros anos do regime republicano e sua historiografia não poderia apenas seguir a do IHGB, vinda do Império, mas tinha de considerar as condições locais e os novos tempos. Além do mais, buscar estabelecer certa distinção em relação à história pernambucana se fazia num dos pontos cruciais dessa pretensão.

O próprio IHGB, com o final legal da escravidão e a mudança do regime monárquico para o republicano entre 1888 e 1889, teve de atualizar alguns de seus pressupostos, conforme podemos ver em Gomes (2009) e Oliveira (1990). A definição do “nacional” já não podia ficar restrita aos moldes anteriores, mas tinha de trazer novos elementos à discussão.

Em estudo mais recente, Serioja Mariano trouxe novos aportes para a definição da historiografia e dos sentidos da “paraibanidade” pretendidos pelo IHGP:

É uma historiografia preocupada em relatar os fatos considerados heroicos do passado, no sentido de uma história linear na qual o bem vence o mal, com uma descrição de datas e nomes e a criação de mitos em uma sequência factual dos acontecimentos, elaborando assim o chamado discurso *fundador* (MARIANO, 2014, p. 20).

Dessa forma, seguindo as pretensões e intencionalidades desses fundadores, são pensadas algumas características que iriam compor o propalado caráter do paraibano. A primeira característica marcante da história e do homem paraibano, que marca sua

singularidade, é o início da sua própria história. Esse início foi marcado pela fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves; civilização diferenciada da brasileira, pois, de acordo com o que fora produzido na época, nasceu da paz entre portugueses e indígenas.

Sem negar que houve uma história anterior, mas estudando-a pelo seu espaço na “linha de evolução etnológica do paraibano” o que se criou junto com a cidade foi também uma “nova civilização”. Essa “nova civilização”, como mencionado, se diferenciou de toda a sociedade brasileira porque nasceu na paz. Não foram as lutas e não foi o trucidamento da cultura indígena que proporcionaram esse novo espaço. Foram expedições portuguesas que tiveram muito trabalho em ocupá-lo, mas elas são descritas como vários capítulos de uma epopeia, onde o “final feliz” foi o “convencimento”, traduzido no acordo com a parte “boa” dos indígenas, de que esse seria o melhor caminho a ser tomado para o que viria a ser a Paraíba (DIAS, 1996, p. 51).

Ainda no âmbito dessas características, para o IHGP, a bravura e a resistência do paraibano estão no enfrentamento e expulsão dos invasores holandeses. Nesta narrativa, André Vidal de Negreiros se destaca como homem destemido na luta contra os holandeses, caracterizando-se como um verdadeiro herói. A inclinação à paz está no acordo entre o governador da Província Paraibana, João Tavares, e o indígena Piragybe. Esse acordo é considerado o marco fundador da Capitania da Paraíba e é desvinculado de qualquer participação da Capitania de Pernambuco e Itamaracá. O diferencial dessa sociedade é ter surgido já como cidade, organizada e, portanto, civilizada (DIAS, 1996).

Como já falamos anteriormente, Gomes (2009), Oliveira (1990) e Mariano (2014) nos chamaram a atenção que a definição de uma identidade não é algo estático e para sempre. Se o IHGB havia sido fundado sob o signo da monarquia e da escravidão, seria impossível, simplesmente, repetir os pressupostos de 1838 no começo do século XX, uma nova ordem exigia uma nova historiografia. Com o avanço desse mesmo século e as mudanças sociais em andamento, não se poderia apenas ignorar e deixar nas sombras populações indígenas e de origens africanas, ou não perceber a enorme parcela da população escravizada ou pobre livre na definição da história nacional.

Como bem frisou Mariano:

[...] diferentemente dos discursos historiográficos do Instituto, penso a identidade como uma construção histórica, como algo que pode ser modificado e não como um componente definidor eterno, uma essência ou um lugar imóvel, uma vez que os espaços se modificam, assim como a compreensão que se tem deles (MARIANO, 2014, p. 19).

Essas renovações não se deram de uma vez nem de sem tensões e polêmicas, mas ao longo do século XX, especialmente depois dos anos 1980, toda uma nova historiografia foi

emergindo e novos personagens e grupos sociais vieram à cena. Boa parte dessa renovação foi proveniente da criação de cursos universitários de História (e mais tarde das Pós-Graduações) e da busca de novas teorias e métodos do fazer historiográfico.

Se, como já dissemos, no plano nacional, a criação do Curso da USP, seguido de diversos outros nos anos seguintes, trouxe uma ampla inovação nos estudos históricos, no plano paraibano, o surgimento dos cursos universitários também trouxe essas novas perspectivas na formação de historiadores e na escrita da História.

1.2 A RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA: DIÁLOGOS E TENSÕES

Até a década de 1950, grosso modo, a historiografia paraibana era hegemonizada pelo IHGP. Este cenário se modifica com a criação do Curso de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), implantado entre 1955 e 1958 e, nas décadas seguintes, dos demais cursos de História no Estado (Guarabira, Campina Grande, Cajazeiras). Nesse momento, a produção historiográfica ganhou outras características que, muitas vezes, estiveram em tensão com a do IHGP. Essas relações, portanto, nunca foram lineares, sendo possível perceber que, neste momento, há um forte embate entre o dito tradicional e o pretensamente moderno.

No caso da UFPB, para além da formação de futuros docentes licenciados e da publicação de livros específicos dos docentes da instituição, a pesquisa como atividade fim ganhou impulso a partir de meados dos anos 1970, com a implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR-UFPB). Esse Núcleo trouxe trabalhos pioneiros em vários campos e novos temas e questões emergiram a partir de então.

Essa produção ganhou ainda mais visibilidade com a criação da Seção Estadual da Associação Nacional de História (ANPUH-PB)², que havia sido fundada em 1967, desmobilizada e refundada em finais dos anos 1970. A atuação da ANPUH-PB estimulou um intenso intercâmbio entre a historiografia paraibana e as de outros Estados, bem como trouxe em duas ocasiões o Simpósio Nacional de História (1981 e 2003) para João Pessoa.

No X Simpósio Nacional de História, em 1979, na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, os docentes e discentes paraibanos que lá se encontravam propuseram a realização de

² A ANPUH-PB é filiada à Associação Nacional de História (ANPUH), fundada em 1961 e com sede em São Paulo, que se tornou na mais importante entidade nacional na área de História, que conta com Simpósios bianuais que mobilizam entre três mil e cinco mil participantes, publica a Revista Brasileira de História (criada em 1981) e possui seções nos diversos estados da federação, que realizam seus próprios encontros estaduais. No ano de 2022 a ANPUH-PB realizará o seu XX Encontro Estadual de História.

um Simpósio na capital paraibana, João Pessoa. Em 1981, esse encontro aconteceu e o XI Simpósio Nacional da ANPUH teve cerca de 685 inscrições de participantes de todo o país. Com o crescimento da ANPUH, em 1984, foi criado o seu evento regional denominado de Encontro Estadual de Professores de História (ANPUH-PB). Para Silveira (2014), a estreita vinculação entre o NDIHR e a ANPUH-PB teceu relações com as instituições que até então detinham o poderio da produção historiográfica paraibana. Neste sentido,

Uma ocorrência que demarcou a produção historiográfica acadêmica foi a criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR/UFPB, cujo escopo era tanto o levantamento, organização e sistematização de fontes documentais sobre a História Regional e da Paraíba, uma vez que estas se encontravam dispersas e era necessário criar o suporte para as pesquisas, quanto a realização de projetos de investigação sobre temas regionais-locais (SILVEIRA, 2014, p. 216).

Em 1987, é realizado o I Seminário Nordeste de História e, pouco tempo depois, em 1995, o III Seminário com o apoio do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB). Os grupos de pesquisas ligados ao NDIHR/UFPB neste momento da década final dos anos 1980 tinham, como principais produções historiográficas, temas relacionados às Relações Comerciais da Paraíba com Pernambuco, Economia Pesqueira da Paraíba, Processo de Industrialização na Paraíba, entre outros.

Nesse sentido, a historiografia produzida pelo IHGP, começa a ser questionada a partir da produção da historiografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na década de 1970 a 80, com a chegada de uma nova geração de professores no Departamento de História da UFPB, com a criação da ANPUH-PB e com a implementação do NDIHR, projetam-se novos olhares ao conhecimento científico na Paraíba. O NDIHR tinha como objetivo, “contrapor-se à visão qualificada de tradicional da Historiografia Paraibana produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e por alguns grupos independentes e/ou revisionistas que se articulavam ora no Departamento de História/Campus I, ora à margem dos órgãos burocráticos governamentais, mas unidos por eles” (DIAS, 1996, p. 23).

Esse projeto inovador acerca da historiografia paraibana é caracterizado por uma dinâmica pautada na produção coletiva, com destaque para Rosa Maria Godoy Silveira, professora aposentada da UFPB que, entre os anos de 1981 e 1983, atuou como primeira Secretária na Direção da ANPUH Nacional, além de ter sido dirigente em várias gestões da ANPUH-PB. Em 2014, a autora escreveu um capítulo do livro *História e Sociedade* fazendo um balanço da historiografia paraibana nos últimos cinquenta anos, que, à época, era o mesmo tempo de atuação da ANPUH.

A virada do século XX para o século XXI trouxe novos ares para a produção historiográfica sobre a história da Paraíba. Nos anos de 1990, a mudança nos currículos da graduação de história permitiu a obrigatoriedade da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Até então havia uma atenção quase que exclusivamente voltada para o ensino básico e a formação docente, embora já houvesse, como dito antes, núcleos e projetos de pesquisas compostos no curso de história da UFPB. Em 2005, as pesquisas se ampliam e ganha um lugar de concentração com a criação de dois cursos de Pós-Graduação, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB, campus de João Pessoa) e na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Também a criação de outras editoras fora do campo universitário fez aumentar a produção historiográfica sobre a história paraibana.

Nesse sentido, Silveira (2014) propõe uma periodização da historiografia acadêmica paraibana em três fases, havendo um período anterior a essa historiografia universitária, quando apenas o IHGP aparecia como espaço institucional voltado à pesquisa histórica no Estado. A primeira fase inicia-se com a fundação dos cursos de história na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Universidade Regional do Nordeste (URNE, atual UEPB). Apesar de terem sido produzidas poucas pesquisas, os primeiros trabalhos sobre a história da Paraíba possuem um tom mais descritivo sobre os objetos de pesquisa e também sobre o potencial das fontes documentais para a realização de futuros trabalhos.

Na segunda fase, a produção tem foco em um recorte central específico de análise que é a década de 1980 (período ditatorial em que houve forte engajamento da comunidade acadêmica nos espaços de lutas pelo fim da Ditadura) e temas preocupados com a história econômica da Paraíba. Participam dessa fase a “2ª geração de Docentes do Departamento e Curso de História da UFPB/ João Pessoa, da 1ª geração do Departamento de História e Geografia e Curso de História da UFPB e UEPB de Campina Grande e Guarabira” (SILVEIRA, 2014, p. 226).

A terceira fase está ligada à produção da 3ª geração de historiadores da UFPB/ João Pessoa e da 2ª geração da UFPB (Campina Grande), UEPB (Guarabira) e também a 2ª geração da UFCG (Cajazeiras), do final de 1990 até pelo menos os anos de 2014. Os temas se diversificaram, estando entre eles o interesse pela temática sobre poder e política na Paraíba. Nesse sentido,

Comparada numericamente com a de outros estados do país, a comunidade de historiadores da Paraíba “é pequenina” como diz o seu hino popular, mas aguerrida: desde os idos anos setenta, quando se mostrava tímida e ainda presa aos limites do território paraibano, cresceu muito e foi à luta, em voos mais amplos. Buscou qualificar-se em importantes instituições do país. [...] O remédio e o veneno da

História, que a nós, historiadores, nos inocula, obriga-nos a ir mais longe, mirando no horizonte das expectativas (SILVEIRA, 2014, p. 232-233).

Em termos da historiografia paraibana, podemos ver uma sucessão de “gerações historiográficas”, nas quais os conceitos de história e mesmo de local sofreram impactos das mudanças nos conceitos de História, nas metodologias etc. A partir dessas mudanças, constatamos um maior interesse na História Local e dos municípios por parte dos pesquisadores e dos alunos dos programas de graduação e pós-graduação paraibanos, tanto na área de História quanto na área de Geografia, como iremos tratar mais adiante.

Com o tempo, as relações entre a própria historiografia acadêmica e a do IHGP se tornaram mais colaborativas e os importantes acervos do Instituto têm sido constantemente requisitados pelos pesquisadores da UFPB e outras universidades paraibanas, tendo mesmo entidades como a Fundação Casa de José Américo (fundada em 1980) se tornado também num espaço privilegiado para a pesquisa histórica no Estado da Paraíba.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao ensino escolar da disciplina História. Se nos seus inícios ele esteve agregado à ideia de estimular o conhecimento da “história pátria”, muito relacionado aos parâmetros definidos a partir do IHGB, com o tempo o ensino da disciplina também sofreu profundas modificações, coadunadas com os novos tempos e os novos conceitos de História. Um ensino baseado em larga medida na memorização de grandes feitos dos “vultos nacionais” teve de abarcar paulatinamente novos temas e questões e ir além de um aspecto predominantemente memorizador e buscar um ensino calcado no estímulo ao senso crítico. Certamente, tais mudanças não se deram sem contradições e não se deram de forma linear, mas integram uma larga pauta de discussões que têm perpassado as últimas décadas.

1.3 A HISTÓRIA LOCAL E A HISTORIOGRAFIA LOCAL NA PARAÍBA

Mesmo considerando o estudo da história local no caso inglês, o historiador Raphael Samuel nos traz interessantes considerações para pensar a história e a historiografia local na Paraíba, na medida em que o autor argumenta que “a História local, requer um certo tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no auto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado” (SAMUEL, 1990, p. 220).

Dessa forma, a História local, aproxima o pesquisador do seu objeto de trabalho, levando-o a reflexão sobre sua própria experiência de vida

[...] e não é acidental que tantas Histórias de vilas e paróquias tenham sido escritas por homens e mulheres ativamente engajados em eventos locais, desde clérigos e advogados no passado até ativistas de movimentos comunitários de hoje (SAMUEL, 1990, p. 220).

Cabe destacar ainda que a pesquisa em História local apresenta certas dificuldades, encontradas justamente na natureza dos documentos, pois estes variam muito pouco de lugar para lugar e se concentram basicamente na esfera local. Comumente, os documentos que podemos utilizar como fontes são na maioria: diários particulares, documentos cartoriais e paroquiais, relatórios administrativos, papéis de inventários, fotografias e outros, mas devemos ficar atentos, pois esses documentos podem esconder as pessoas e priorizar apenas certos aspectos do local. Desse modo, o documento nunca será explorado à exaustão sem os devidos questionamentos, ele só falará se o historiador souber fazer as suas perguntas com clareza. Quanto à construção do processo histórico, cabe ao historiador, ou ao professor de história local, procurar em sua região o material com o qual irá trabalhar em sua pesquisa. (SAMUEL, 1990).

Agrave-se, no caso brasileiro, que o desleixo em relação à preservação dos arquivos é marcante. Não são raras as denúncias de perdas de arquivos de Prefeituras e Câmaras Municipais, ou de instituições atuantes nos Municípios (Igrejas, Repartições Públicas, Sindicatos etc.), de forma que muito se perde e, muitas vezes, apenas a memória oral e fontes como jornais permitem a recuperação de alguns elementos das histórias locais. Não raro, arquivos de importantes famílias locais acabam sendo os únicos repositórios documentais que são preservados nessas cidades e fica difícil separar a história da cidade da estrita história de suas principais famílias.

Ademais, como vimos até aqui, desde o século XIX foi se construindo uma história nacional, que deveria ser “complementada” pelas histórias provinciais, estaduais ou locais. Já no século XIX, havia críticas no âmbito do próprio IHGB a uma história vista quase que exclusivamente a partir da Corte do Rio de Janeiro, pouco atenta às histórias locais. O surgimento dos Institutos Históricos Provinciais e Estaduais procurou dar ênfase nessa construção das histórias locais, fosse complementando os quadros de uma “história geral do Brasil”, nos moldes de Varnhagen, seja trazendo outros olhares, que questionassem, inclusive, essa visão centralista de nossa história.

No caso da própria historiografia paraibana, além de estabelecer a identidade paraibana, também se colocava o desafio de estabelecer uma história que não se limitasse à história da capital, mas que estivesse atenta, também, à história das regiões interioranas e dos diversos municípios do Estado. Não à toa, diversos associados do IHGP começaram

pioneiramente a escrever a história dos seus municípios de nascimento ou de adoção, como já frisamos em relação a Horácio de Almeida, e acrescentamos outros autores como Wilson Nóbrega de Seixas (1916-2002), com o seu *O Velho arraial de Piranhas (Pombal)*: no centenário de sua elevação a cidade (1962), Sabiniano Maia (1903-1994), com *Itabaiana: sua história – suas memórias: 1500-1975* (1976) e *Sapé: sua história – suas memórias: 1883-1985* (1985), Flávio Sátiro Fernandes (1942), e seu *Na rota do tempo: datas, fatos e curiosidades da história de Patos* (2003). Entre esses, destacamos aqui o trabalho de Péricles Vitorio Serafim.

Se muitos desses trabalhos foram marcados por essa dimensão de pioneirismo, outros trabalhos buscaram trazer novos elementos para as pesquisas das histórias locais. Em meados da década de 1980 o NDIHR publicou *História de Patos* (1985), que se constituiu no embrião da do Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos, cujos lançamentos englobaram *Uma história do Ingá* (1993), *Uma história de Pedras de Fogo* (1993), *Uma história de Cabedelo* (1996), *Uma história do Conde* (1996) e *Uma história de Areia* (1998). Essa coleção buscou trazer novos elementos à história local, buscando ir além dos parâmetros mais político-institucionais e das narrativas centradas nas principais famílias das diversas localidades.

Em uma produção mais recente, no âmbito da UFCG, a coleção *História dos Municípios Paraibanos*, produzida por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), organizada pelo Professor Antônio Clarindo Barbosa de Souza, engloba dois volumes, sendo que volume 1 refere-se aos Municípios de Alagoa Nova, Areia, Aroeiras, Cabaceiras, Remígio, Serra Branca e Sumé, já o 2 abarca os municípios de Cajazeiras, Pombal, Sousa, Taperoá e Umbuzeiro.

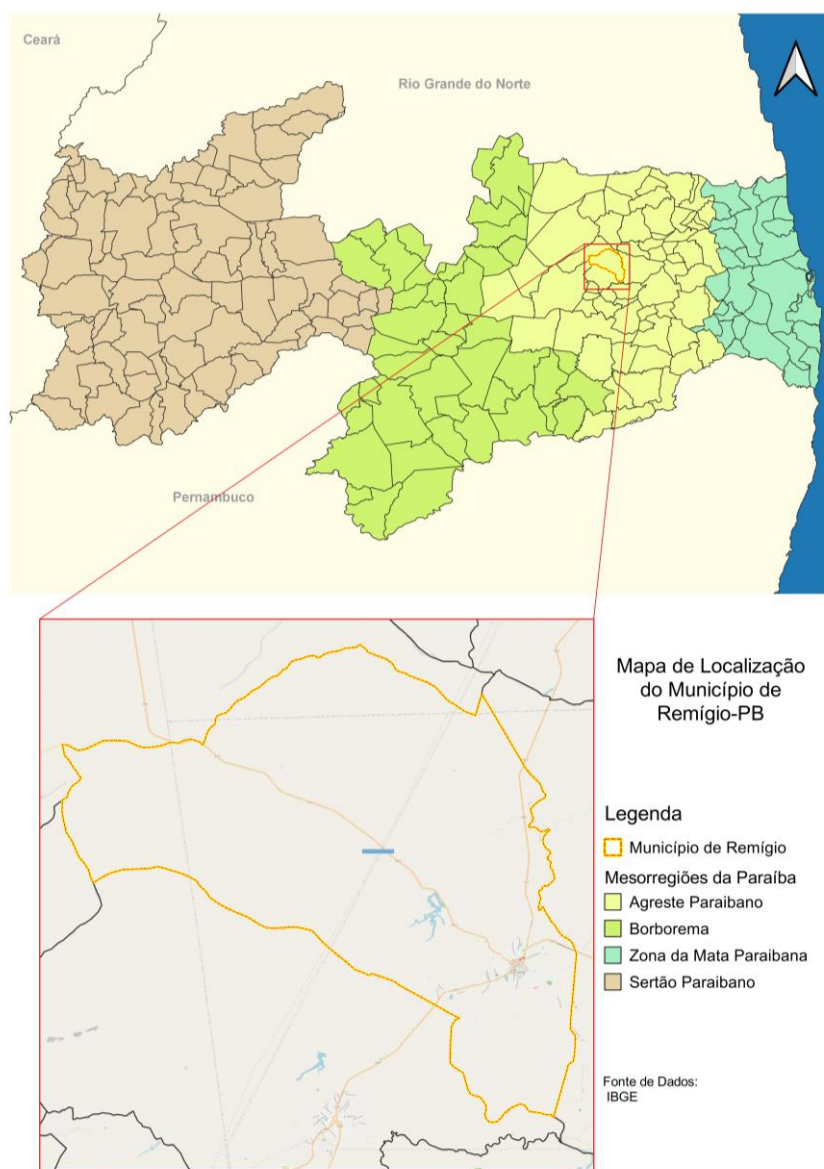
Conjuntamente, o surgimento dos Programas de Pós-Graduação na UFPB e na UFCG, na primeira década dos anos 2000, incentivou uma série de dissertações sobre histórias locais e mesmo histórias de bairros nas maiores cidades do Estado. Diversas cidades se tornaram alvo de recentes dissertações de Mestrado, que estão trazendo um novo cenário para a historiografia local na Paraíba.

2 REMÍGIO: UMA CIDADE E SUA HISTORIOGRAFIA

2.1 LOCALIZAÇÃO E SUAS ESPECIFICIDADES

A cidade de Remígio está inserida na Microrregião do Curimataú Ocidental, “e se constituiu como uma faixa de transição entre os limites que dividem a região do brejo (onde o sol nasce), com a do agreste do Planalto da Borborema (onde o sol se põe)” (CUNHA, 2012, p. 65).

Figura 1 – Mapa Regional da Paraíba com destaque para o município de Remígio



Fonte: Elaboração de Renato Bandeira (2021) a partir dos dados do IBGE.

Os primeiros habitantes dessa região, segundo os principais relatos, foram os indígenas cariris, “organizados em aldeias ou grupos, estavam os bruxaxás, os queimados, os caxexas, os jandaíras, os janduís, os gitós” (SERAFIM, 1992, p. 14).

Segundo Serafim (1992), por volta de 1772, a primeira Sesmaria do Sertão de Bruxaxá pertencia a João Morais Valcácer, ficando na região intitulada de Jardim, localizada às margens do rio Riachão, afluente do rio Mamanguape. Em 1878, a sesmaria de Lagoas – posteriormente, Lagoa de Remígio – passa, através de permuta, para Luís Barbosa da Silva Freire, que residia no Rio Grande do Norte (SERAFIM, 1992). Remígio passou por vários processos e várias vezes mudou de nome até à sua emancipação. Lagoas foi o primeiro nome do povoado, em razão de está situado próximo às cinco lagoas existentes na região. Posteriormente, o nome mudou para “Lagoa do Remígio, nome este substituído pelo atual, pelo Decreto-lei nº 1164, de 15 de novembro de 1938, que elevou o povoado à categoria de vila” (MEDEIROS, 1911, p. 218). Em 14 de março de 1957, o território foi elevado à categoria de município com a denominação de Remígio, pela lei estadual nº 1667, assim ficou desmembrado de Areia. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 2778, de 18 de janeiro de 1962, é criado o distrito de Algodão e anexado ao município de Remígio. Pela divisão territorial de 1963, o município é constituído de 2 áreas urbanas: Remígio e Algodão. A lei nº 5.928, de 29 de abril de 1994, desmembra do município de Remígio o distrito Algodão e eleva à categoria de município com a denominação de Algodão de Jandaíra (IBGE).

Segundo Serafim (1992), o nome da cidade é uma homenagem ao seu primeiro morador: Remígio dos Reis. Ele teria construído uma casa às margens de uma lagoa existente no local onde surgiu a vila e hoje cidade. Já Horácio de Almeida, em sua obra Brejo de Areia, declara:

O primeiro proprietário do lugar, onde assenta atualmente a vila de Remígio – Luís Barbosa da Silva Freire – era possuidor de uma data de terra no Rio Grande do Norte, que permutou pela de Lagoas, posteriormente denominada Lagoa do Remígio, sendo o negócio convencionado e selado mediante a troca de fios da barba entre os dois proprietários (ALMEIDA, 1980, p. 118).

Dessa forma, o decreto-lei estadual nº 1.164, de 15 de novembro de 1938 altera a nomenclatura de Lagoa do Remígio para Remígio. Seus habitantes são reconhecidos desde então como remigioenses ou remigenses.

Figura 2 – Mapa Regional de Remígio

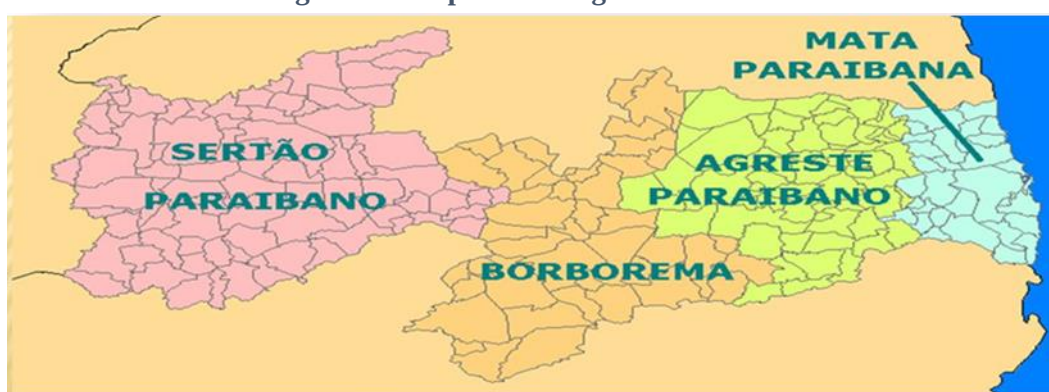


Fonte: © CualBondi. Disponível em: <https://cualbondi.org/br/a/r301377/remigio/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

Considerando esses aspectos, podemos observar que Remígio localiza-se a 132 km de João Pessoa, capital da Paraíba e a 36 km de Campina Grande num entroncamento rodoviário, onde três rodovias e várias estradas e rodagens (algumas ainda sem pavimentação), caracterizando-a assim, como um encontro de fluxos rodoviários.

Remígio se comunica com as cidades vizinhas pelas rodovias BR-230, que através da BR-101, ligam Remígio a Campina Grande, João Pessoa e municípios do Curimataú. A rodovia PB-078, conhecida como Anel do Brejo, liga Remígio à cidade de Arreia e a PB-105, liga Remígio a cidade de Arara (CHAVES, 2011, p. 29). O município de Remígio limita-se ao Norte e ao Leste com o município de Areia, ao Sul e ao Oeste com o município de Esperança, a Noroeste com os municípios de Algodão de Jandaíra e Pocinhos (CHAVES, 2011, p. 29).

Figura 3 – Mapa Mesorregiões da Paraíba



Fonte: Portal da Prefeitura de Remígio-PB.

Como já falamos antes, Remígio está inserida entre os rios Curimataú e Mamanguape, o clima do município de Remígio incorpora parcialmente as três Mesorregiões da Paraíba: Mata paraibana, Agreste paraibano e Borborema (fig.3), sua localização nessa área apresenta características que lhes são bem peculiares. As terras situadas entre o sul e o leste são

denominadas de Brejo, área onde se produzem hortaliças e fruticultura. As terras que estão situadas entre o norte e o oeste do município são denominadas de Curimataú, área que apresentam precipitações climáticas mais baixas e onde atua o desenvolvimento da cultura do sisal e da pecuária bovino-caprina. A parte das terras do município de Remígio denominadas Agreste é a região onde se desenvolve a agricultura familiar, que produz a maior parte da produção de grãos do município. Esta região passou por vários ciclos econômicos ao longo dos anos, principalmente, com a pecuária, o fumo e o algodão, o sisal. Também são cultivados o feijão, o milho, a batatinha, a mandioca, entre outros. “Atualmente, nesta área, vem se desenvolvendo o algodão colorido agroecológico” (CHAVES, 2011, p. 30-34).

A maioria dos produtos agrícolas e da pecuária produzidos no município são comercializados na feira livre de Remígio, que acontece aos domingos, e foi fundamental no processo de desenvolvimento econômico e sociocultural da cidade da cidade, da qual abordaremos adiante.

Figura 4 – Imagem da Lagoa de Remígio



Fonte: Portal das Prefeitura de Remígio- PB.

Como podemos observar na imagem acima, a cidade de Remígio cresceu em torno da lagoa, local onde hoje, além de funcionar vários comércios como lanchonetes e lojas, também em seus arredores fica a agencia do Banco do Brasil, único na cidade e o ginásio de esportes. Sendo a lagoa um ponto estratégico, pois fica nas proximidades do cruzamento de estradas usadas por tropeiros e viajantes, que iam do interior do Sertão ao Litoral carregando mercadorias, influenciou diretamente para que neste local surgisse o povoado. Mais tarde, outras famílias vindas de outras regiões a procura de melhores condições de vida etc., foram se estabelecendo na região.

Os registros do processo histórico do município de Remígio começaram desse momento. Com a necessidade de se apropriar das terras devolutas a família Freire se apossou da área em torno das cinco lagoas existentes na sesmaria, começando dessa

forma, o primeiro ciclo econômico com a criação de gado. Remígio dos Reis, genro de Luiz Barbosa da Silva Freire, construiu sua casa ao lado da “Lagoa do Cajueiro” como era conhecida em tempos pretéritos (CHAVES, 2011, p. 17).

A lagoa atualmente é o local onde ocorrem vários eventos, como Festas Juninas, comemorações de aniversário da cidade, apresentações de Bandas Musicais Regionais, e a Corrida Internacional de Remígio que acontece no mês de março.

Na década de 1990, a Lagoa do Remígio passou por uma reforma e perdeu seu nome original para Lagoa Senhor dos Passos em homenagem ao próprio prefeito, José Passos da Costa (gestão: 1993-1996), que estava administrando a reforma. Em 2019, a lagoa passou por outra reforma, iniciada na gestão do então Prefeito Melchior Naelson Batista da Silva (gestão: 2013-2016; 2016-2018), tendo a obra finalizada na gestão do atual Prefeito Francisco André Alves. Na última reforma mais uma vez se cogitou uma nova mudança de nome, mas dessa vez era para nomear a calçada da lagoa em homenagem ao um remigense, a população não aceitou a mudança, preferindo ficar como já estava.

Atualmente a cidade de Remígio e sua área urbana passam por uma fase de expansão populacional, já que a partir dos finais da década de 1990, muitos agricultores deixaram a zona rural para morar na zona urbana, temendo a violência no campo, principalmente com o retorno de muitos remigenses de estados e regiões do país como, por exemplo, São Paulo. Muitos nordestinos que saíram para o Sudeste em busca de melhoria financeira, quando conseguiram passam vários anos lá contribuindo com a mão de obra nas mais variadas profissões. Passados alguns anos, mesmo esses trabalhadores tendo acumulado algum capital, muitos voltaram ao Nordeste e empregam seu capital na sua terra natal. Este fenômeno é evidenciado em Remígio, já que parte considerável das novas construções e dos terrenos comprados recentemente são de nordestinos que retornaram ou que investiram suas economias através de seus familiares em sua cidade natal (SILVA, 2013, p. 21). Essas pessoas vão construindo suas residências ao entorno do centro da cidade. Assim, vários bairros se formaram como os bairros: Baixa Verde, Bela Vista, Lagoa do Mato, Freitas, Palma, Padre Cícero e São Judas Tadeu.

Outro fenômeno que também vem sendo observado é que em Remígio surgiram várias Igrejas Evangélicas Neopentecostais. Até à década de 1990 só existiam apenas a Igreja Católica Nossa Senhora do Patrocínio (Matriz) e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, construída em 1973. A partir de 1995 percebe-se que um número significativo de igrejas, principalmente as neopentecostais, se estabeleceram em Remígio e a cidade já conta com as igrejas: Igreja Evangélica, Aprisco de Oração, Igreja Batista Betel, Igreja Presbiteriana

Brasileira, Igreja Universal. Na cidade também tem uma Loja Maçônica e um Salão de Jeová. Segundo depoimento de Osvaldo Alves de Freitas, cidadão remigense, além das igrejas neopentecostais, em Remígio existem quatro terreiros de religiões afro-brasileiras. Segue um quadro panorâmico sobre a configuração da cidade de Remígio nos últimos anos:

Tabela 1 – População, escolarização e saúde

Área Territorial	183,459 km ²	Ano: 2019
População estimada	19.798 pessoas	Ano: 2020
Densidade demográfica	98,77 hab/km ²	Ano: 2010
Escolarização	De 6 a 14 anos: 97,1 %	Ano: 2010
(IDHM) Índice de Desenvolvimento humano municipal	0,607	Ano: 2010
Mortalidade infantil	17,79 óbitos por mil nascidos vivos	Ano: 2017
PIB per capita	8.680,42 R\$	Ano: 2018
Tipo de saneamento Inadequado	3. 709 pessoas	Ano: 2018

Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Situação domiciliar Urbana e Rural de Remígio

Situação domiciliar	Urbana: 12,953 pessoas Rural: 4.628 pessoas	Ano: 2018
Grupo de idade		
0 a 5 anos de idade	10,4	%
6 a 14 anos de idade	16,6	%
15 a 24 anos	18,9	%
25 a 39 anos	20,7	%
40 a 59 anos	18,5	%
60 anos ou mais	14,9	%
Sexo		
Masculino	47,7	%
Feminino	52,3	%

Fonte: IBGE.

Por meio desse quadro podemos constatar que Remígio se constitui num Município de pequeno porte. Segundo o IBGE (2020), sua população atual é de aproximadamente 19.798 habitantes. Em relação à população do Estado da Paraíba, Remígio possui 0,49% do total da população estadual. Em 2018, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 67 de 223 municípios. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 182 de 223 dentre as cidades do estado e na posição 1792 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018).

Figura 5 – Imagem da cidade de Remígio



Fonte: Portal da Prefeitura de Remígio.

Observando fotografias aéreas de sua região urbana, podemos perceber que o Município não possui expressiva verticalização, predominando construções térreas ou de dois pavimentos. A área urbana encontra-se cercada por um entorno rural, onde se localizam diversas propriedades de produção de gado bovino e cabrino, algodão, feijão, milho, batatinha, mandioca, entre outros. As primeiras fazendas do município foram se constituindo nas proximidades da lagoa e expandido para outras regiões. Algumas fazendas e seus proprietários foram destacados por Serafim, no capítulo *Pessoas, Fatos, Sítio e Fazendas*, como sendo muito importantes para o desenvolvimento econômico de Remígio. Essas fazendas tiveram início após seus donos receber dos governantes da província da Paraíba as primeiras Sesmarias que se transformaram nas primeiras fazendas da região. Algumas passaram por diversos proprietários, outras foram passando para filhos, netos, etc. Entre as principais fazendas estão: a fazenda Cantinhos; a fazenda Queimadas; a fazenda Tanques e Serrinha.

A Fazenda Cantinhos pertence à família Serafim, da qual é membro o próprio Péricles Vitório Serafim. Esta fazenda é famosa na históriografia remigence, situada nos limites do Agreste com o Curimataú, foi residência de Carlota Lúcia de Brito, amante do Tenente-Coronel Joaquim José dos Santos Leal, o Major Quinca. Segundo Péricles Serafim (1992), Carlota Lúcia era uma viúva de muitas posses que chegou à região “tangida pela seca do Sertão do Pajeú das Flores, com a filha, escravos e algum dinheiro, comprou a propriedade

Cantinhos (SERAFIM, 1992, p. 264). Também foi na sede dessa fazenda que em 1849, teria sido arquitetado um plano para o assassinato do Dr. Trajano Augusto de Holanda Chacon, que havia sido Vice-Presidente e Deputado Provincial, supostamente a mando de Dona Carlota, o que se constituiu num dos maiores escândalos da Paraíba imperial. A fazenda passou por vários donos até ser comprada em 1897, por Manoel Serafim de Araújo (avô de Serafim), onde nasceu o pai e o próprio Péricles Serafim³.

A Fazenda Queimadas, contribuiu e ainda contribui para a economia agropecuária de Remígio, situada numa faixa de terras que vai do brejo ao curimataú. A fazenda foi dividida quando o município de Remígio emancipou-se de Areia, ficando a sede no território de Areia e o restante da propriedade no município de Remígio. A ênfase dada à fazenda por Serafim, é que ela foi “berço de uma ilustre figura da história da Paraíba, o Senador Coelho Lisboa, um homem de muita cultura” (SERAFIM, 1992, p. 263).

A Fazenda Queimadas passou por todos os ciclos econômicos e por vários proprietários em decorrência de divisão por terras herança. Em 1998, a fazenda Queimadas passou pela Reforma Agrária iniciada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), após mobilização do Movimento dos Sem Terras (MST), onde inicialmente se estabeleceram 150 famílias, com a divisão dos lotes, 50 decidiram fazer suas casas em de acordo com o Projeto de Agrovila, criado pelo governo federal com apoio do MST e formaram o Assentamento Oziel Pereira. As outras 100 famílias preferiram formar o Assentamento Queimadas construindo suas casas individuais dentro de seus lotes. Atualmente, o assentamento Queimadas comporta uma área de 4.000ha, cada lote tem 10ha (ALMEIDA, 2014, p. 15).

A fazenda Tanques, também é uma propriedade rural que se destacou na economia remigense. Em 1823, Francisco Jorge Torres, um português que ficou conhecido como Marinheiro Jorge, comprou a propriedade pertencente a Manoel Moreia. Nesta fazenda desenvolveu “trabalhos notáveis em cantaria, casa, curral, curtume, forno de cal, tanques, cercados e até uma barragem com bebedouro para o gado, tudo em obra de alvenaria, tão sólida que nem a ação do tempo foi capaz de destruir” (SERAFIM, 1992, p. 262). Na fazenda Tanques, ainda hoje podemos ver as ruínas da primeira maternidade destinada às negras escravizadas pertencentes a Jorge Torres, e que vinham de outras propriedades em Areia, pertencente ao mesmo dono para descansar e cuidar de seus filhos enquanto durava o período de mama. A fazenda Serrinha, ganhou notoriedade pela importância de alguns dos seus

³ Mais recentemente, o crime de Carlota de Brito foi objeto de estudo de Mário Medeiros, em livro que consta nas nossas referências, mas que não pudemos incorporar a tempo no nosso trabalho.

proprietários, que se tornaram influentes na economia e na política de Areia e Remígio. A propriedade pertenceu a Bartolomeu da Costa Pereira, (primeiro Capitão-mor de Areia), pai dos padres Manoel Cassiano Pereira e Joaquim Álvares da Costa, nomes conhecidos na historiografia paraibana.

A fazenda Serrinha, também pertenceu a vários proprietários, entre os quais, podemos destacar Severino de Brito Lira (fazendeiro estabelecido na região de Areia e Remígio), e Severino Bronzeado. Na sede da fazenda, nasceram alguns políticos atuantes no município de Remígio e no Estado da Paraíba, como é o caso do Deputado Estadual Luiz Bronzeado, responsável pelos trâmites da emancipação política de Remígio, também realizou o divórcio de Sebastiana Soares Freire da Costa (avó materna dessa que lhes escreve), em seu segundo casamento. Segundo depoimento de Luiza Freire de Freitas (minha mãe) foi o primeiro divórcio realizado no município, já seu irmão Epitácio Bronzeado, foi nomeado como primeiro Prefeito da cidade. Também nasceu na fazenda Serrinha a professora e poetisa Maria Bronzeado Machado, que teve grande atuação na educação remigense e paraibana.

2.2 CARACTERÍSTICAS SIMBÓLICAS DA CIDADE DE REMÍGIO

Seus símbolos são a bandeira (fig. 05), que tem por base um retângulo, com listas azuis ciano e branco, e no canto superior esquerdo um novo retângulo na cor amarelo ouro que tem ao seu centro o Brasão da família Reis e a Constelação de Aries harmonicamente dispostos. Ainda no mesmo retângulo (menor), temos uma faixa verde com a data de emancipação política do município de Remígio (31 de março de 1957).

Figura 6 – Imagem da Bandeira e Brasão de Remígio



Fonte: Portal da Prefeitura de Remígio

A cor Azul Ciano significa o Céu de Remígio; o Branco significa a Paz e Orderismo do povo remigenses; o Amarelo significa as riquezas do município (animais, vegetais e minerais) e o Verde significa a Esperança no futuro.

As sete listas azuis e branco representam as famílias remegenses que se destacaram na luta pela emancipação política de Remígio. O Brasão da Família Reis resgata a história dos antepassados da época da colonização, tendo como figura central Remígio dos Reis, tido como fundador do povoado que originou a cidade. A frase “31 de Março de 1957”, é a data da emancipação política de Remígio. As estrelas representam a Constelação de Aries ao meio dia de 31 de Março de 1957 (céu da Paraíba). Conforme vemos, toda uma simbologia associada às principais famílias proprietárias do lugar.

2.3 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE REMÍGIO

A historiografia remigense conta com poucos trabalhos. Em pesquisas realizadas em busca de informações acerca da história da cidade, alguns trabalhos acadêmicos se destacam, e deles falaremos posteriormente. Entre os poucos livros escritos acerca da historiografia remigense, temos o Verbetes Remígio no já citado Dicionário Corográfico de Coriolano de Medeiros, no ano de 1911, consultado em sua segunda edição (1950), com informações sucintas. Segundo as próprias palavras de Medeiros, Remígio, à época Vila pertencente ao Município de Areia:

Antigamente Lagoa do Remígio, nome este substituído pelo atual, pelo Decreto-lei nº 1164, de 15 de novembro de 1938, que elevou o povoado à categoria de vila. É bem edificada e de aspecto agradável, tendo considerável movimento comercial. Situada na transição do Brejo para o Agreste, torna-se centro de um distrito muito agrícola. O Recenseamento (sic) de 1940 encontrou em Remígio: 219 prédios urbanos, 81 suburbanos, 1 927 rurais e a população: urbana, 669 habitantes; suburbana, 220; rural, 8 523. Conta 4 aulas públicas primárias que, em 1942, tiveram 161 matriculados com a frequência (sic) média de 98. Na vila existem Açougue e Mercado Público, Agência Postal-Telefônica e uma Capela. O distrito exporta cereais, farinha de mandioca, fumo e algodão. Dista, a vila, 3 quilômetros da sede do município, 142 da capital e 31 da estação ferroviária de Lagoa Grande. *História* – Por sua proximidade a cinco lagoas, teve o local, a princípio o nome de Lagoas. Foi primeiro desbravador do terreno, Luís Barbosa da Silva Freire, que permutou por esta uma data de terras, denominada Barro Branco, do Rio Grande do Norte, com a singularidade de servirem de documentos, substituindo escrituras por fios de barbas, trocadas entre os dois proprietários. Tempos depois Remígio, genro de Luís Barbosa, iniciava a povoação próxima de uma das lagoas e daí o nome Lagoa do Remígio. As outras tiveram os nomes de Lagoa do Freitas, do Jenipapo, do Mato, etc., e são hoje reduzidos agregados de casas (MEDEIROS, 1950, 218-219).

Coriolano de Medeiros (1911) é um dos primeiros autores que escreveu sobre a história local dos municípios paraibano. Como vimos, no verbete citado acima, ele faz um registro histórico acerca da cidade de Remígio enquanto povoado e vila, abordando aspectos econômicos e políticos do município. Percebe-se, através de suas informações, que a vila das

Lagoas – antigo nome da cidade – foi evoluindo gradualmente, e por volta da década de 1940, já contava com uma estrutura urbana e administrativa organizada, e uma população considerável tanto na cidade como no meio rural. O comércio mostrava-se promissor, já que estava situado em um ponto estratégico, pois a vila estava situada entre as regiões do Brejo e Agreste paraibano, regiões com características diferenciadas e que proporcionaram a cidade desenvolver e expandir suas atividades sociais e econômicas.

Dos mais recentes trabalhos historiográficos acerca de Remígio, destacamos *S.O.S Adote um município*, coordenado por Marcelo Rafael Correia Borges da Fonseca e colaboração de Regina Celly Nogueira da Silva, professores pesquisadores e alunos do Curso de Geografia da Universidade do UNIPÊ, em parceria com a Prefeitura Municipal de Remígio. Esse projeto, iniciado em julho de 2000, foi publicado em 2004, e analisa os problemas causados pela desertificação na Mesorregião do Agreste Paraibano (ação antrópica, que provoca a desertificação e pode ser considerada o fator responsável pelos efeitos da seca na região).

O Projeto S.O.S. Secas analisou a atual situação ambiental e socioeconômica do município, concluindo que a degradação do solo se deu por falta de conhecimentos técnicos confiáveis do agricultor, que o levou a participar do processo de degradação: das matas e erosão das encostas, destruição das matas ciliares, alteração do curso e regime natural dos rios, assoreamento e aumento do nível de turbidez e a contaminação das águas e sedimentação de dejetos. Dessa forma, o uso inadequado do solo para a agricultura ao longo dos anos comprometeu qualquer “esforço para obtenção de resultados satisfatórios no âmbito da dinâmica e desenvolvimento do setor sócio-econômico (sic) municipal” (PROJETO S.O.S SECAS, 2004, p. 178). Já o desmatamento das florestas nativas da região, tem ligação direta com o desenvolvimento da pecuária no município de Remígio.

O Projeto S.O.S. Secas, contribuiu muito para minha pesquisa na medida em que nos traz informações bastantes significativas acerca da ação do homem na região do município de Remígio como desmatamento desordenado, mau uso do solo que levaram a região a grandes períodos de secas que prejudicam a agricultura remigense, como também o abastecimento d'água da cidade que atualmente é abastecida basicamente por caminhões pipas e por alguns poços artesianos particulares.

Moleques do Palma (2009), de autoria do agrônomo e professor de português da rede pública, Francisco de Assis Melo, é outra obra que, por sua vez, fala das brincadeiras de infância e adolescência do autor em Remígio. O título do livro remete ao açude de nome Palma, onde a maioria das crianças e adolescentes da cidade de Remígio iam tomar banho,

num tempo em que o açude era saudável. Segundo o autor, em seus escritos “ficção e realidade se entrecruzam, preservando o cunho memorialista” (MELO, 2011, p. 13); neles, o autor vai narrando suas boas lembranças, como as da Festas da Padroeira realizada todo ano em comemoração ao dia da padroeira Nossa Senhora de Patrocínio. A festa era muito esperada e animada, era o período em que os remigenses, inclusive os que moravam fora, iam prestigiar o evento; do mesmo modo, a chegada do circo em uma cidade do interior era uma alegria para crianças e jovens. Melo (2011) também faz o relato da degradação e falta de cuidados com o patrimônio público por parte dos governantes de Remígio. Entre as preocupações do autor estão a devastação da Mata da Chã do Jardim, na divisa com a cidade de Areia; a decadência do Clube Associação de Amparo ao Estudante de Remígio (S.A.E.R); a poluição do Açude do Palma e o descuido com a Lagoa que dá nome a cidade.

Nesta obra, o professor Francisco Melo, além de relatar suas memórias, lembranças de sua infância, abordando aspectos sociocultural da cidade de Remígio, também denuncia o processo de desmatamento das florestas nativas da região de Remígio e Areia e o descaso com o açude do Palma, patrimônio público da cidade e que atualmente se encontra poluído como a maioria dos reservatórios d’água existentes próximos as cidades.

Também localizamos outros trabalhos acadêmicos como a monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2011, denominada *A produção do Algodão Agroecológico no Projeto Assentamento Queimadas, Remígio/PB*, de autoria de José Nilson de Almeida. Neste trabalho o autor analisa os desafios e perspectivas no sistema de produção do Algodão Agroecológico no Assentamento Queimadas no município de Remígio/PB, antiga fazenda Queimadas, já citada neste trabalho. Ele faz um levantamento bibliográfico acerca da produção do algodão em nível comercial, no fim do século XVIII no Nordeste Brasileiro. Também analisa a criação do Projeto Escola Participativa do Algodão, pelo Assentamento Queimadas e como esse projeto trabalhou para formação dos agricultores da Rede Paraibana de Algodão Agroecológico, sustentabilidade local, e a geração de rendas das famílias do assentamento. Destaca ainda, que o Assentamento Queimadas certificou o primeiro algodão orgânico do Estado da Paraíba, em 2006.

Uma curiosidade desse assentamento é que antes de passar pela Reforma Agrária em 1998, Queimadas era uma antiga fazenda agropecuária que pertenceu a vários proprietários, entre os quais está o pai adotivo do senador Coelho Lisboa, figura atuante no cenário político paraibano. Antes da reforma agrária esta fazenda continuou usando a infraestrutura da maioria das fazendas do Nordeste não açucareiro como; grandes porções de terras, destinadas a pecuária no sistema extensivo de criação de gado bovino, combinando a pecuária com a

agricultura de subsistência, e a terra era usada por arrendamento para agricultura familiar, meeiros e a terça parte da produção agrícola (ALMEIDA, 2011, p. 18).

Outro trabalho muito interessante é a Monografia de Gilvandro Rodrigues Chaves, apresentada em 2011 ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba intitulada *Análise Socioeconômica e Cultural da Feira Livre do Município de Remígio-PB*. Neste trabalho, o autor fala do desenvolvimento socioeconômico e cultural de Remígio, tendo a Feira Livre como um dos fatores que proporcionou ao município sua própria formação e desenvolvimento.

Segundo o autor, diferente de muitas cidades nordestinas que surgiram a partir ou em volta de templos religiosos, o povoado de Lagoas (primeiro nome do lugar), surgiu ao lado de uma das cinco lagoas existentes na região, num entroncamento de várias estradas que eram rotas de tropeiros que levavam suas mercadorias do sertão ao litoral, como já foi falado. A necessidade de consumo proporcionou as primeiras trocas e comercializações das mercadorias, fazendo com que aos poucos o povoado se erguesse como um pequeno entreposto comercial.

No início do século XIX, muitas famílias migraram para a região do Brejo por falta de mão de obra escrava e das secas que flagelavam o Sertão. Assim, algumas pessoas viram o lugar como meio de recomeçar suas vidas. A partir daí passaram a plantar produtos de subsistência como algodão, fumo, grãos, criação de animais, contribuindo dessa forma para o surgimento de outras atividades comerciais que levaram ao surgimento da feira. (CHAVES, 2011).

Como a produção do povoado era vendida na feira de Areia, que acontece aos sábados, os comerciantes e produtores enfrentavam dificuldades em transportar as mercadorias nos períodos de chuvas intensas. Dessa forma, sentiram a necessidade de organizar um lugar no povoado para armazenar e vender seus produtos, a feira surgiu a partir dessa necessidade. Posteriormente, foi construído o mercado público. Segundo Serafim, a produção do tabaco, do algodão e da pecuária foi o “que permitiu o rápido desenvolvimento de nossa atividade comercial, centralizada na feira da povoação. O que permitiu também ao velho Francisco Tonel de Albuquerque, dar o primeiro grande passo da iniciativa privada, construindo a casa do mercado público por volta de 1878” (SERAFIM, 1992, p. 179). Em 1971, o mercado foi transferido para outra localidade, onde continua até hoje.

Portanto, o trabalho de Chaves mostra que a feira livre desempenhou um papel importante no crescimento econômico e sociocultural de Remígio, já que centralizou o comércio, e assim o povoado se encaminhava em busca de sua independência econômica.

Já o artigo de Elizabeth Cristina do Nascimento Cunha *Na história do presente, as memórias do passado: um breve histórico da cidade de Remígio*, a autora faz um breve panorama da história da cidade, desde a fundação até início do século XXI, com destaque para os eventos festivos e o desenvolvimento comercial de Remígio. Cunha traz informações acerca das comemorações festivas religiosas (Natal e Ano Novo), e das festas populares que ocorrem nos bairros de Remígio como: a tradição de comemorar o aniversário da cidade, o carnaval, as festas juninas, entre outros eventos, que sofreram mudanças ao longo do tempo, mas que se perpetuam até os dias atuais. Algumas casas de shows surgiram na cidade nas últimas décadas de 1990, como a Poliedro e a Oásis. Nestas casas são realizadas variadas festas, desde comemoração ao dia do estudante até concursos de calouros, entre outras. Em 1996, outro espaço se tornou ponto de sociabilidade entre os remigenses, a Lagoa do Remígio passou por um processo de urbanização e teve seu nome mudado para Lagoa Parque Senhor dos Passos, na gestão do então prefeito José Passos (CUNHA, 2012, p. 74-75).

Outro excelente trabalho é monografia de conclusão do curso em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual de Campina Grande, de autoria de Raquel Luana de Albuquerque Medeiros, intitulada *Remígio, Memórias e Estórias Contadas em Poesia por Severino Cavalcante Albuquerque* (2017), na qual, a autora fez um apanhado das poesias de seu avô, que abordam variados temas sobre a cidade de Remígio. Severino Cavalcante de Albuquerque foi um cidadão remigense que atuou no comércio e na política da cidade como vereador e vice-prefeito. Medeiros fala dos poemas de seu avô, nos quais, o poeta Severino contou a história de suas vivências e memórias de sua cidade natal, abordando variados temas, a maioria voltados para a religiosidade, a cidade e os amigos.

O poeta Severino nasceu em 27 de novembro de 1926 e faleceu em 23 de abril de 2018, no local onde hoje é o bairro do Freitas, Remígio, começou a trabalhar na agricultura aos 12 anos de idade. Por muitos anos, dirigiu como presidente o Sindicato Patronal do Município de Remígio, órgão voltado à distribuição e venda de produtos para agricultura à grandes proprietários de terras da região. Após a sua passagem pelo sindicato, o poeta Severino dedicou-se ao comércio no ramo de material de construção, equipamentos para trabalho na agricultura, veneno, ração e produtos entre outros. Sua paixão pela poesia se deu ao ler o poema *O Homem e a Mulher*, de Vitor Hugo, que leu em um recorte de jornal na casa de uma tia. Seus primos fabricavam e ainda fabricam fogos de artifícios até hoje e usavam revistas e jornais velhos para embrulhar os fogos. Assim, o menino Severino, passou a recortar e colecionar as poesias que encontrava nos jornais (MEDEIROS, 2017, p. 10-13).

Na política, o poeta Severino foi filiado ao partido político União Democrática Nacional (UDN) se elegendo como vereador e presidente da Câmara dos Vereadores, posteriormente, eleito vice-prefeito na gestão do então prefeito Celso Carneiro Leal, pelo partido político Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de 1977-83. Casado com dona Maria Benevenuto, com quem teve quatorze filhos, treze netos e dois bisnetos, o poeta perdeu a visão em decorrência de uma cirurgia para remoção de catarata em 2003 e 2004 (MEDEIROS, 2017, p. 15).

O trabalho de Raquel Luana de Albuquerque Medeiros aborda aspectos culturais da história da cidade de Remígio. Sua narrativa conta a história de Severino Cavalcanti Albuquerque, o poeta Severino, um cidadão de família humilde e que se destacou na sociedade remigense, participando dos assuntos religiosos, foi comerciante, vereador e vice-prefeito da cidade. Mas, também foi uma pessoa querida entre aqueles com quem conviveu, seu legado histórico ficou na sua poesia, que não será esquecida pelas gerações futuras. Seu Severino, como esta que lhes escreve o chama, foi um homem muito respeitoso, querido e generoso. Foi em sua casa que, ainda criança, pude assistir a um programa pela televisão. Na rua em que ele morava era o único a possuir um aparelho de tevê e as crianças e adolescentes da vizinhança iam todas as noites fazer ponto em sua casa para assistir as novelas da época.

Também merece menção a Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – PB, de Tatiane Santos de Souza, intitulada “*Um passo para frente*”: *espaços de sociabilidades na cidade de Remígio-PB (1948-1980)*. Nela, a pesquisadora investigou os clubes socioculturais existentes em Remígio entre os anos de 1948 e 1980, como o Clube 13 de Maio e o Clube Associação de Amparo ao Estudante de Remígio (S.A.E.R). Segundo a autora, o processo da inserção desses espaços clubistas provocou mudanças no espaço urbano e nos costumes da elite remigense que buscava o desenvolvimento cultural e econômico da cidade. O Clube 13 de Maio surgiu em 1948, representando algo novo para uma sociedade que ainda não havia alcançado a sua emancipação política. A partir desse momento Remígio passará por um processo de significativas transformações urbanas e culturais.

De acordo com a narrativa de Tatiane Souza, o desenvolvimento de Remígio (antiga Lagoas) começa a partir de 1909, quando a vila se torna Distrito da Comarca de Areia. Suas transformações começam em busca de autonomia e independência de Areia e melhorias para a futura cidade (SOUZA, 2018). Nesse contexto de expansão e crescimento econômico, alguns elementos destacam-se, é o caso da feira realizada aos domingos que impulsionava o comércio local, na medida em que diminuía a necessidade dos moradores de se deslocarem

para vender e comprar produtos na feira de Areia; da iluminação pública via lampiões de querosene, sendo, em 1925, fornecida por um gerador de energia que atendia as famílias mais abastadas; dos estabelecimentos comerciais (barbeiros, costureiras, sapateiros, etc.); do mercado público e do cinema construído em 1949 (SOUZA, 2018).

Paulatinamente, essas mudanças vão transformando a paisagem e o cotidiano dos remigenses e os clubes, que simbolizavam o moderno, “surgiram a partir de determinados interesses e representavam para os seus frequentadores o espaço seletivo, capaz de estabelecer trocas afetivas e simbólicas entre homens e mulheres” (SOUZA, 2018, p. 62).

A criação do clube tinha como principal finalidade auxiliar na educação dos jovens e adultos, além de proporcionar o surgimento de novos empreendimentos, como a Biblioteca Municipal, o curso de Admissão e Datilografia, além do jornal A Voz de Remígio. O clube 13 de Maio também se propôs a incentivar a leitura e discussão de livros, revistas e jornais a partir de sua biblioteca, pois as atividades da biblioteca auxiliavam no aspecto educativo do lazer como veículo e objeto de educação. Souza relata que não conseguiu descobrir como o Clube 13 de Maio chegou ao fim, mas tudo indica que foi por falta de verbas para manter os funcionários e construir uma sede que comportasse as várias atividades exercidas pelo clube (SOUZA, 2018).

Já o clube Sociedade de Amparo aos Estudantes de Remígio (S.A.E.R), segundo afirma Souza (2018), foi criado em 1958 pelo deputado estadual Luiz Bronzeado, remigense que também esteve à frente do processo de emancipação política de Remígio. O clube S.A.E.R “foi uma extensão do Clube 13 de Maio, visto como um novo espaço complementar na educação social dos jovens estudantes de Remígio, bem como um espaço de lazer e diversão, onde novas sociabilidades foram sendo construídas” (SOUZA, 2018, p. 78). Essa instituição foi criada pela elite local com finalidades filantrópicas, com o passar dos anos passou a exercer a função de Clube Social da cidade.

O clube S.A.E.R. possibilitava a difusão educacional, a circulação de ideias, criação de vínculos afetivos, bem como de laços políticos. Existia a dedicação dos sócios, dos estudantes e dos demais frequentadores. O ambiente que passou a exercer a função de clube social da cidade permitia que as pessoas aprendessem os valores e práticas culturais, convivendo com diferentes identidades e criando um ciclo de amizades pelo convívio sociocultural (SOUZA, 2018, p. 86).

O clube S.A.E.R., por muitos anos “[...] contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Remígio, seja no âmbito cultural, social ou econômico. Por falta de organização, e de um quadro de sócios eficiente, o abandono do prédio foi ficando evidente na sociedade” (p. 127). Como relata a aurora, “o último sócio presidente da S.A.E.R. desse período que estudamos foi Eudacler

Leal de Souza, entre os anos de 1979 e 1981”, posteriormente, o clube foi ficando obsoleto e sem verbas para continuar exercendo suas funções, acabou sendo abandonado (SOUZA, 2018, p. 128).

Tatiane Souza aborda aspectos socioculturais de Remígio através do surgimento dos Clube 13 de Maio e o Clube Associação de Amparo ao Estudante de Remígio (S.A.E.R). Esses espaços foram muito importantes em uma época em que a cidade passava por grande desenvolvimento econômico e cultural. As construções dos clubes mudaram o espaço urbano e os costumes dos jovens remigenses que se divertiam nas tardes de domingos. Os clubes entraram em decadência por falta de interesse da população em ocupar esses espaços, mas também, porque a partir do final da década de 1990, foram surgindo outras formas de diversão. Nas cidades maiores como Campina Grande e João Pessoa, com a chegada dos Shopping Centers (estabelecimentos comerciais que concentram no mesmo local, vários tipos de serviços, lojas, cinemas, teatros, etc.), os jovens das cidades interioranas passaram a frequentar esses novos espaços, assim, os clubes, e até dos cinemas das pequenas cidades como Remígio, ficaram obsoletos e muitos foram extintos.

Abaixo temos fotos do prédio do Clube S.A.E.R que mostram sua ascensão e decadência. Todas as fotos foram retiradas da internet.

Figura 7 – Clube S.A.E.R



Fonte: Portal da Prefeitura de Remígio.

Figura 8 – Clube S.A.E.R



Fonte: Portal da Prefeitura de Remígio.

Figura 9 – Clube S.A.E.R



Fonte: Portal da Prefeitura de Remígio.

Em Remígio havia o Cine São José, um dos vários cinemas do interior que fecharam suas portas nos anos 1980 e 1990. Em 2012, Regilson, um mecânico da cidade comprou as antigas instalações, fez uma reforma e reabriu o cinema de Remígio. Segundo depoimento de Regilson – em matéria do G1 PB, datada em 06 de setembro de 2018 – “no início, a gente usava o projetor antigo, que conseguimos reaver e cadeiras de plástico. Foi um longo caminho para chegarmos até o ponto em que estamos hoje” (G1 PB, 2018, n.p.). Com o passar do tempo, o Projetor de 35 mm deu lugar a um projetor digital e as cadeiras de plástico a poltronas.

Posto isso, estas obras também foram utilizadas como referência de base nesta pesquisa, já que trazem importantes informações acerca das transformações recentes na historiografia remigense. Nesse sentido, elas auxiliam para uma melhor compreensão do

objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso como poderemos ver a seguir, realizamos um maior aprofundamento na obra e no autor analisado. Também não podemos deixar de mencionar que os trabalhos analisados acima têm em comum a obra *Remígio, Brejos e Carrascais*, que é a maior referência para a historiografia remigense.

2.4 BREJOS E CARRASCAIS: UMA “HISTÓRIA GERAL” DE REMÍGIO

Péricles Vitório Serafim, autor de *Remígio, Brejo e Carrascais*, nasceu na Fazenda Cantinhos, no dia 26 de julho de 1939, em Lagoa do Remígio, então Distrito de Areia, Paraíba. Serafim é de família influente na política e no comércio remigense, tendo iniciado seus estudos no curso primário na escola pública de Remígio e concluído o ensino secundário e o científico no colégio Pio X, em João Pessoa.

Figura 10 – Péricles Vitório Serafim



Fonte: Arquivo pessoal

Em 1964, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba. Serafim se dedicou ao exercício da Medicina na área de Otorrinolaringologia em João Pessoa, possui outras especializações nas áreas de patologia da boca, Otologia e microcirurgia do ouvido realizadas na Europa e nos Estados Unidos. Além de membro da associação Médica Paraibana, ele também é integrante do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano desde 23 de julho de 1993, onde ocupa a cadeira nº 47.

Como escritor, Serafim tem se dedicado à pesquisa sobre genealogia, também escreveu o livro *O Sesmeiro do Jardim*, obra dedicada à história de sua família, acerca do qual também falaremos depois. *Remígio, Brejo e Carrascais* foi publicado em 1992, em ocasião do quadragésimo quinto (45º) aniversário de emancipação política da cidade. Péricles Vitório Serafim pesquisou em fontes primárias de arquivos estaduais, municipais, cartórios, cartas de

concessões de sesmarias, cartas do Presidente João Suassuna e do Presidente João Pessoa. Ele também pesquisou em jornais como: *A Verdade*, *A União*, *O Democrata*, *O Areiense*, *Almanaque da Paraíba*, além das obras de renomados escritores paraibanos como José Américo de Almeida, Horácio de Almeida e Celso Mariz.

Até os dias atuais, Serafim continua sendo um cidadão de relevo em Remígio, integrando uma de suas famílias mais destacadas, e sua obra pode ser considerada a referência básica que todos os interessados consultam como a mais ampla fonte sobre a história local. Nas páginas seguintes nos debruçaremos de maneira mais detida sobre essa obra, fazendo uma análise historiográfica, que consideramos um passo importante para as nossas futuras pesquisas acerca da história local.

3 UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE “BREJOS E CARRASCAIS”

Figura 11 – Imagem capa do livro *Remígio, Brejos e Carrascais*



Fonte: Arquivo pessoal.

O livro *Remígio, Brejos e Carrascais* de autoria de Péricles Vitório Serafim, contém 339 páginas, sendo dividido em quinze capítulos e por temas que abarcam três eixos centrais numa cronologia de acordo com a divisão dos capítulos.

1º Eixo Histórico e Institucional – envolve temas que abordam desde a fundação da cidade de Remígio até a sua emancipação política, destacando a presença dos indígenas como os primeiros habitantes da região e a divisão política e administrativa por qual o município de Remígio irá passar a partir de sesmarias, povoado, distrito, vila, cidade, paróquia e comarca. Esses temas do primeiro eixo são tratados nos seguintes capítulos: 1º- O Município de Remígio; 2º - Os Nossos Índios; 3º- A Sesmaria das Lagoas; 4º- Evolução Política, Povoado, Distrito e Vila, e 5º- Cidade, Paróquia e Comarca. Nestes quatro primeiros capítulos, o autor aborda a localização do Município de Remígio, números de habitantes na época em que escreveu o livro. Fala que os povos indígenas cariris foram os primeiros habitantes antes dos colonizadores portugueses a chegarem à região. Ele afirma que, nos fins do século XVIII, “grupos tribais pacíficos de diversas etnias” conviviam mansamente na região, pois já estavam aculturados devido aos “duzentos anos de contatos com o branco guerreiro, explorador, colonizador, e que estes, já eram agricultores, cultivavam o fumo, o milho e o algodão nas terras das Lagoas e apreciavam as frutas que eram nativas do brejo” (SERAFIM, 1992, p. 15).

Nesta passagem do livro percebe-se a ênfase dada pelo autor ao colonizador luso como homem “branco”, “guerreiro” e “explorador”, aquele que traz a civilização ao indígena,

“homem primitivo” que precisa ser domesticado, ser ensinado. Serafim não faz menção aos conhecimentos dos povos indígenas sobre a Natureza, conhecimentos sobre plantação, etc., e que foram usados pelos colonizadores principalmente na agricultura.

O capítulo três aborda a existência da Sesmaria da Chã do Jardim, como sendo a primeira da região e de como seus primeiros donos ocuparam a terra com “bravura e, talvez heroísmo”, “na conquista do meio ambiente e na integração do homem às asperezas do solo inculto, porém plantando suas sementes e seus mortos, numa forma paradoxal de renovação e continuidade da vida” (SERAFIM, 1992, p. 27). Em relação às Sesmarias, parte delas pertencia a um território conhecido atualmente como Remígio. Através da “Carta de Data de Sesmaria”, documento encontrado nas palavras de Serafim como “milagrosamente poupado através dos anos”, localizado no Arquivo do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, situado no Espaço Cultural, em João Pessoa, Paraíba. Para o autor este documento é importante porque:

[...] redigido em linguagem do Século XVIII, é um documento raro, porque nele, estão incluídos todos os despachos das autoridades competentes, necessários à formalização do processo de concessão de uma “Data de Sesmaria”, naquela época (SERAFIM, 1992, p. 19).

Em outro documento, também encontrado no mesmo Arquivo, há um processo denominado “Rumorosa questão sobre uma sorte de terras no Bruxaxá, termo da Vila Real do Brejo d’ Área”. Esse registro confirma quem foram os primeiros ocupantes e fundadores da região e cita nomes de “grandes homens”, como Manoel Nogueira de Carvalho e João de Moraes. A partir do documento o autor afirma:

Desde o ano de 1771, e, dividida por marcos, pela demarcação que teve princípio, em setembro de 1790, por compra feita aos senhores daquele termo e desses outros, por uma sesmaria que se concedeu por este Governo, no ano de 1664, a Manoel Nogueira de Carvalho, João de Moraes e outros (SERAFIM, 1992, p. 23).

Os filhos herdeiros das Sesmarias também são citados nas documentações encontradas a exemplos de Manoel Gonçalves Diniz, Veríssimo Freire e José Francisco Barbosa. Nas palavras de Serafim:

Não houve nem romantismo, por trás da ocupação mais ou menos pacífica de nossa terra, no último quartel do século XVIII, houve sim, bravura e, talvez heroísmo, na conquista do meio ambiente e na integração do homem às asperezas do solo inculto (SERAFIM, 1992, p. 27).

Manoel Gonçalves Diniz casou-se com Ana Maria do Espírito Santo (filha de Luiz Barbosa da Silva Freire, o Sesmeiro do Jardim) e construiu o que o autor chama de uma “Casa Grande” da Lagoa do Mato. Com sua morte, o filho e herdeiro Luís Barbosa da Silva assumiu os negócios do pai, incluindo aí a liderança no povoado (Remígio).

Nesse sentido, há uma questão importante tratada pelo autor sobre os laços familiares na política e também sobre os bens que possuíam as elites locais, bens esses que também eram os escravos utilizados como objetos de posse dos senhores fazendeiros em Remígio como vemos na citação seguinte:

Nessa fazenda (Fazenda Tanques), o fazendeiro Francisco Jorge Torres em 1823, exercia o português grandes atividades, entre as quais, a criação de gado e de gente. Possuindo uma vasta escravaria, mandava para lá as negras de barriga para descansarem e cuidarem dos filhos, enquanto durava o período de mama. Havia na fazenda mucamas encarregadas da criação dos moleques, que só eram chamados ao brejo, quando já crescidos em condições de dar serviço. Os escravos que tinham filhos na fazenda gozavam a regalia de visitá-los vez por outra, aos domingos e dias santificados. (SERAFIG, 1992, p. 31).

A Fazenda Tanques é um registro vivo dos tempos da escravidão na região e, ainda hoje, podemos observar a presença das ruínas da primeira maternidade para mulheres escravizadas de que se tem notícias ser construída na Paraíba no período mais triste de nossa história. Vejamos, ainda, que a redação coloca a “criação de gado e gente” como atividades fins da dita fazenda, de tal forma que fica patente a força da escravidão como prática comum na região, bem como se constituindo em parte importante da formação social de nosso país. A importância da fazenda para a economia das Lagoas será destacada em outra passagem deste trabalho.

Figura 12 – Sede atual da Fazenda Tanques



Fonte: arquivo pessoal

Figura 13 – Ruínas da Maternidade das Escravizadas



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 14 – Foto: Tanques onde era curtido o couro



Fonte: Arquivo pessoal

De acordo com as afirmações de Serafim, a ocupação das terras das Lagoas se deu pacificamente, vale ressaltar que nos registros dos documentos pesquisados por ele, nos mostram que houve disputas pela posse. Portanto, a ocupação não foi mais ou menos pacífica quanto ele afirma e mesmo observando o que é possível nos documentos, podemos ver a tensão que permeava essa ocupação, tal e qual ele mesmo indica no documento da “rumorosa questão sobre uma sorte de terras”, dirigido ao Governador da Província, Gerônimo José de Mello e Castro, em 1818.

Diz Manoel Gonçalves Diniz, Francisco Barboza, que eles são senhores e possuidores de uma sorte de terras no Bruxaxá, termo da Vila Real do Brejo de Areia, a qual está no domínio dos suplicantes, por seus antes possuidores, desde o ano de 1771 [...] possuindo aquelas terras, e tendo nelas foreiros, um dos quais é José da Silva, o qual estava pagando arrendamento aos suplicantes, este por ter sido despejado pelos suplicantes, e não tendo razão de involuntariamente estar habitando na propriedade alheia, sagazmente, foi ter-se com Francisco Soares, senhor de uma sorte de terras fora dos marcos dos suplicantes, e com papel de compra, que tem daquele vendedor, nem somente está metido no mencionado sítio, como também está inquietando aos mais rendeiros antigos dos suplicantes [...] deixe de perturbar

aos moradores rendeiros dos suplicantes, fazendo uma efetiva saída, procedendo-se contra ele prisão sendo contumaz...” (SERAFIM, 1992. p. 23).

O despacho do Governador é de que o Comandante do Brejo de Areia deveria se pronunciar nesta questão, sendo que o mesmo, Francisco Pedro d’Alves Júnior, acabou por dar razão aos suplicantes. Mais algumas páginas se seguem e a questão redonda com a razão conferida aos senhores. Não se sabe o motivo do despejo anterior de José da Silva, mas, diante da análise da questão em seu enquadramento mais geral, essa não se afasta do quadro mais amplo de tensão e violência em torno da apropriação de terras, envolvendo indígenas, fazendeiros, posseiros, autoridades e outros agentes durante todo o período colonial.

Em seguida vem o 2º Eixo Cultural e Econômico – nesta parte do livro, Serafim faz reflexões sobre as manifestações culturais que formam a identidade coletiva do remigense, como sua educação, sua religião e o contato com a arte do cordel que tem uma forte influência sobre a cultura popular dos habitantes da cidade até os dias de hoje. Além disso, há destaque para os anos de violência que a cidade enfrentou com a passagem dos cangaceiros e ainda as consequências advindas da Revolução de 1930.

Há também um capítulo que aborda a economia da cidade a partir do século XIX, com destaque para as fazendas da região que se formaram a partir do sistema de Sesmarias implantado na Província da Paraíba, destacando várias fazendas do município, como já falamos anteriormente.

Os capítulos que contemplam este eixo são: 6º- Instrução Pública; o capítulo 7º- Religião Popular; 8º- Anos de Violência; 9º- O Desenvolvimento da Economia, Energia, Água e Comunicação; 10º- Manifestações Artísticas e Culturais e 11º- Lagoa de Remígio, a Literatura de Cordel e a Poesia Popular.

Nestes capítulos, o autor conta como se deu os primeiros passos em prol da educação do povoado das Lagoas, atual Remígio, destacando os primeiros professores e professoras que iniciaram as primeiras cadeiras primárias do sexo masculino e posteriormente feminino. Em 01 de setembro de 1888, Francisco Correia de Oliveira, penúltimo presidente da Província da Paraíba assinava a Lei nº 848 que em seu artigo primeiro reestabelecia as cadeiras de ensino primário do sexo masculino em alguns municípios, a povoação de Lagoas fora contemplada, e assim, foi nomeado como professor interino o senhor Collecto Ferreira Cavalcanti, um cearense residente em Areia. A instrução pública era moeda de troca entre os políticos paraibanos e a cada crise econômica ou política que a província passava, as cadeiras de ensino eram destituídas.

No povoado de Lagoas, a cadeira de ensino para o sexo feminino só foi criada em 1890, sendo “nomeada para regê-la interinamente, a cidadã Rosalina Amália de Andrade Lessa, casada com José Francisco Dias que exercia liderança política no povoado, ligado ao que era, ao grupo político de Dr. Cunha Lima” (SERAFIM, p. 88). Entre as professoras e professores que atuaram na instrução pública de Remígio, o autor fala dos que mais se destacaram como Maria Margarida do Nascimento que regeu em 1916 a escola mista do ensino primário, dona Raquel Esmeraldina da Silva Costa, sua irmã dona Joaninha e dona Rosa de Jesus Sacramento, além de dona Maria Bronzeado que começou a ensinar aos 16 anos de idade na fazenda Serrinha pertencente a seu pai. Após concluir o magistério, esta dedicou-se ao ensino, lecionou em Lagoa do Remígio (segundo nome do povoado) e em Areia.

Razões políticas (*) determinaram sua transferência para João Pessoa. Foi como se, a vocação atendessem também aos caprichos do destino. A capital foi o bem-aventurado palco de suas atividades porque aí construiu, de maneira sólida, o seu império escolar – O Instituto Presidente Epitácio Pessoa (SERAFIM, 1992, p. 98-100).

As manifestações religiosas ocorriam nos oratórios particulares das casas grandes, durante quase todo o século XIX, porque ainda não havia capela no povoado. A Igreja de Remígio começou a ser construída a partir de 1891, sob a orientação do Padre Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, e em 10 de novembro de 1893, foi colocada no altar principal a imagem de Nossa Senhora do Patrocínio vinda da França e realizada a primeira missa (SERAFIM, 1992). Em 1937, a capela passou por melhoramento e em 1965 a Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio foi efetivada. “O primeiro vigário foi o Cônego Cornélio de Farias Vieira Belo, a quem na oportunidade, saudamos em nome da comunidade remigense” (SERAFIM, 1992, p. 137).

No capítulo Anos de violência, o autor aborda a violência que tomou conta do Sertão nordestino com o mandonismo dos chefes políticos e dos fazendeiros que resolviam suas contendas por disputas políticas ou por terras e brigas entre familiares “aplicado surras a até mesmo mandando matar. A justiça passava ao largo, e a polícia quase sempre, estava a serviço dos poderosos” (SERAFIM, 1992, p. 139).

De acordo com o autor, o povoado das Lagoas era pacato:

[...] não havia fome nem analfabetismo como elementos geradores de violência, a impunidade, porém alimentou o ódio e estabeleceu as regras próprias ao arripio da lei e da justiça. O pacto social que mantém o equilíbrio das elites, rompeu-se numa

amostragem das lutas que comprometeu o tecido da sociedade em qualquer parte do mundo (SERAFIGIM, 1992, p. 140).

A inveja e ambição aguçaram as disputas políticas entre os chefes políticos de Areia e Remígio, que encontraram no cangaceiro Antônio Silvino o instrumento para realizar seus crimes. Antônio Silvino agia na região sob proteção de políticos influentes como a família Cunha Lima. O cangaceiro aterrorizou a região efetuando vários assaltos, um do assalto à fazenda Cantinhos, pertencente a Manoel Serafim, avô materno de Péricles Serafim. Posteriormente uma série de crimes e assassinatos foram cometidos, vitimando alguns chefes políticos de Remígio como João Soares. Segundo o autor:

[...] o poderio econômico das Lagoas, girava, porém, em torno de três pessoas, José Laureano, João Soares e Tota Freire, que disputavam ardilosamente a chefia ocupada pelo velho Bento Vitório, há mais de vinte anos, apesar de todos estarem ligados por laços de família, alimentavam uma política de inveja e ambições, uma corrida desenfreada pelo comando econômico e pela chefia cansada do velho Bento que, mantinha-se afastado das intrigas e falsidades correntes no meio (SERAFIGIM, 1992, p. 151).

Havia algum tempo que Joca Soares (tio de minha avó materna), era um homem dinâmico, foi por sua iniciativa que “foram instalados alguns lampiões na via pública, inicialmente a querosene, depois a carboreto [...]”. Foi o mesmo Joca Soares que, cuja memória deve ser louvada, que em 1925, utilizando capital próprio, e muito esforço implantou no povoado” (SERAFIGIM, 1992, p. 199). Como percebemos, Joca Soares era um homem preocupado com o progresso das Lagoas. Mas a região enfrentava o mandonismo, o cangaço e a disputa pela chefia do povoado, não demorou muito para que despertasse a inveja de alguns políticos e comerciantes remigenses que alvejavam ocupar o seu lugar naquela sociedade. Tudo teve início quando Joca Soares e outros políticos em visita ao Presidente João Suassuna na Fazenda Acauã pediu-lhe proteção, pois estava ameaçado de morte por seus inimigos políticos. Mas, o presidente teria lhe falado:

Joca, essas coisas se resolvem no dedo. Disse, encurvando lentamente o indicador da mão direita. Joca não queria ouvir aquela solução, não era seu estilo, sua formação era outra. Levantou a cabeça, encarou os olhos firmes do Presidente, deixou escorrer os dedos a mão direita até a ponta do queixo e, balançou a cabeça, num gesto compulsório de concordância. Não havia espaço para alternativas, sem o comprometimento do homem e do chefe político que era. Quando voltou do sertão, trouxe dois capangas, Chaguinha e João Pivete (SERAFIGIM, 1992, p. 154-155).

Em 30 de julho de 1927, fora assassinado em Lagos do Remígio o cidadão Manoel Porfírio e a suspeita de encomendar o crime foi atribuído a Joca Soares. A partir daí tudo que

acontecia na região era insinuada a participação de Joca Soares. Em 11 de setembro de 1927, um domingo:

Joca Soares fechava as contas do apurado da feira na “Ideal”, sua casa comercial, foi surpreendido com os tiros que o mataram. Os cangaceiros agiram com rapidez e violência, com o pai, se encontravam na loja Aurélio e Adauto, o primeiro igualmente fuzilado, o segundo escapou por milagrosamente quando peças de fazenda caíram sobre ele e, passou despercebido dos criminosos (SERAFIM, 1992, p. 149-162).

A investigação do crime concluiu que o mandante foi o cidadão Manoel Lucas de Barros e mais dois cúmplices que contrataram alguns cangaceiros para executarem o crime. Outros assassinatos ocorreram nas Lagoas como José Laureano que havia assumido a chefia das Lagoas:

[...] com a morte de Joca Soares adquirira todo seu espólio. Assumira todas as transações comerciais, ativo e passivo da “Ideal”, a casa de comércio do Conselheiro, ficara com o motor que gerava a energia para a iluminação pública das casas e da rua, até mesmo a imponente morada do Conselheiro, havia comprado (SERAFIM, 1992, p.174).

Serafim assevera, José Laureano era uma espécie de Banco de Remígio, que emprestava dinheiro com garantia hipotecária:

O Coronel Cunha Lima lhe devia na época, dez contos de réis, o irmão do Coronel, pela quantia de seis contos, lhe havia hipotecado o engenho Carrapato, Manoel Maniel, tinha uma dívida de cinco contos, e muitos outros, que podemos verificar no inventário. Diziam os familiares mais antigos, que até o Dr. José Américo, lhe devia dinheiro, deste, porém, não vimos nenhuma promissória (SERAFIM, 1992, p. 175).

Diante do citado, percebe-se que José Laureano, havia alcançado o sucesso econômico, era o atual chefe político, assim atraiu a inveja de muitos e sua vida acabou tendo um trágico fim. Ao receber a notícia do assassinato do amigo Marcelino José de Medeiros, foi prestar solidariedade ao amigo, à família e tomar as providências, dirigiu-se ao local do crime, nas proximidades encontrou os policiais que estavam indo fazer ocorrência e, convidou-os para irem no seu carro. “O cabo Lucas, ao saltar no estribo do automóvel, com a pistola na mão provocou o acidente fatal” (SERAFIM, 1992, p. 175).

De acordo com o autor, Lagoas/ou Lagoa do Remígio, a época das primeiras décadas do Século XX, viveu anos muitos violentos que geraram muitos conflitos e até mortes na disputa pelo poder político e econômico da região.

Por fim, no 3º Eixo Sócio-Político – o foco central da análise são os proprietários de terras pertencentes à cidade de Remígio e as alianças políticas que envolvem os descendentes desses antigos donos de terras. Os últimos capítulos que abordam este eixo são: 12º- Pessoas,

Fatos, Sítios e Fazendas; 13º- A Terra, Filhos e Afilhados; 14º- Outras Estórias e 15º- A Descendência do Capitão Veríssimo Freire dos Reis e Dona Ângela Vieira da Silva. Nestes capítulos, os temas estão correlacionados aos anteriores, já que neles são abordados os temas socioeconômicos e culturais relacionados ao desenvolvimento da sociedade remigense.

No capítulo 15, o autor dedicou-se à árvore genealógica de sua família que começa com a chegada de Luiz Barbosa da Silva Freire, que ao entrar em conflito com o Governador da Província do Rio Grande do Norte, foge da sua terra chegando à “localidade de Chã de Jardim, em Areia – PB”. Mais tarde, as terras alargaram-se até o lugar denominado Lagoas, hoje cidade de Remígio. Após se estabelecer no local, Luiz Barbosa da Silva Freire trouxe a família e serviçais, iniciando com eles o desbravamento da propriedade. Um dos genros do fazendeiro, chamado Remígio dos Reis, teria construído sua moradia próxima a uma das cinco lagoas existentes na região. A partir daí novas casas foram construídas e surgiram novos sítios. Por este motivo a localidade passou a se chamar Lagoa do Remígio, Lagoas e, tempos depois, simplificado para Remígio.

O português Luiz Barbosa da Silva Freire deixou uma grande descendência que foram formando outras famílias. Em seu livro *O Sesmeiro do Jardim*, (2004), Serafim fala das principais famílias que se formaram a partir de Luiz Barbosa da Silva Freire e Dona Victoriana, nas Lagoas. Não foi possível identificar a data correta da chegada da família Freire à região. Sabe-se que em 1750 no Brejo de Bruxaxá, hoje, Areia construiu sua numerosa família. “Seus domínios tinham sede no Jardim, se estendiam para o Oeste, até Bonaboé (onde hoje se assenta a cidade de Esperança). Já velho e doente, teria estimulado seus filhos Veríssimo Freire, Francisco Barbosa, José Barbosa e Manoel Gonçalves, genro, a consolidar o patrimônio familiar ocupando as terras do Sertão das Lagoas” (SERAFIM, 2004, p. 17). O patriarca da família Luiz Barbosa da Silva Freire 9º (*O Sesmeiro do Jardim*), e Dona Victoriana tiveram os seguintes filhos: Veríssimo Freire dos Reis, Ana Maria do Espírito Santo, José Barbosa, Francisco Barbosa da Silva, Luiza Barbosa da Silva e Bertuleza Joaquina Barbosa.

Afirma o autor que “dessa descendência dois casamentos foram muito importantes para o conhecimento do povoado das Lagoas. O primeiro foi Veríssimo que casou com Ângela Vieira da Silva, oriunda da vila de Pombal”, (SERAFIM, 2004, p. 18), desse casamento nasceram doze filhos. O segundo casamento de grande importância na região foi o de Manoel Gonçalves Diniz com Ana Maria do Espírito Santo que tiveram dez filhos (SERAFIM, 2004, p. 19). Assim, essa numerosa descendência formou a população de Remígio, “a partir das primeiras casas e currais implantados na sesmaria das Lagoas, por volta

de 1800, desenvolve-se na área um longo processo de atividade Agropecuária que se arrastou por cinquenta anos e se caracterizou pela consolidação sócio-econômica das famílias Barbosa, Freire, Dias, Gonsalves e Araújo” (SERAFIM, 2004, p. 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise de “*Remígio: Brejos e Carrascais*”, percebemos que o autor priorizou três períodos pelos quais o município de Remígio passou até à sua emancipação política e econômica. O primeiro período é o da fundação a partir da chegada de Luiz Barbosa da Silva Freire, que consolidou seu patrimônio familiar através da posse das terras das Lagoas, posteriormente passando para sua descendência. O segundo período destacado por Serafim é o momento em que seu bisavô Bento Victório Barbosa Torres, senhor de engenho, comandava a região do Brejo de Areia. O terceiro momento se dá a partir das primeiras décadas do século XX, quando Lagoa do Remígio passa por um considerável progresso através dos três homens mais bem-sucedidos da região que, ligados por laços de parentesco, disputam o poder local, alimentados pela ambição, ódio e violência.

Assim, períodos e acontecimentos que consideramos importantes na história da cidade, como a escravidão e expulsão dos indígenas de suas terras não mereceram um olhar mais atento pelo autor e acabam ficando negligenciados em sua obra. Seja em razão das escolhas e recortes necessários à elaboração de um livro, seja por conta do contexto histórico e do lugar social que estruturaram a visão do autor, ou, ainda, pela escassez de documentação sobre essas questões, o fato é que a obra de Serafim é fundamental para a compreensão da história de Remígio, mas acreditamos que essa mesma história, de uma maneira geral, não deve ser resumida à obra supracitada. Essa conclusão é decorrente do avanço de algumas das produções historiográficas que, ao longo do século XX e XXI, abrem espaço e evidenciam a importância de investigar as histórias locais levando em consideração sujeitos historicamente excluídos dos processos sociais e da escrita da história – tais como mulheres e homens pobres, negros, trabalhadores, indígenas, etc.

Nesse sentido, a pretensão do presente trabalho não foi a de “julgar” o autor em razão do fato dele ter ou não respondido questões, como as apontadas acima, que são “atuais” na historiografia. Em outra direção, a nossa proposta foi realizar uma minuciosa investigação acerca da referida obra de Serafim e do lugar social do autor para entender, inclusive, quais as possíveis razões para que alguns e não outros aspectos ganhassem destaque em sua escrita. Acredita-se assim que, por meio da investigação de obras basilares para a história da cidade, é possível realizar uma análise crítica e incentivar produções acadêmicas futuras que levem em consideração demandas historiográficas e históricas atuais sem deixar de lado o que já foi escrito acerca da temática e/ou do lugar.

Os conflitos por terra, por exemplo, aguardam mais pesquisas, eventualmente a localização de novas fontes ou a releitura de antigas, que mostrem que esse tipo de processo esteve e continua bem longe de ser pacífico e lança raízes profundas em nossa formação histórica, permanecendo como uma questão em aberto em nossa história e em nossa historiografia.

Isto posto, cabe salientar que, seja para mostrar os bens que possuíam os homens conhecidos na cidade ou para mostrar os seus feitos, Serafim opta por capturar as imagens desses grandes personagens nos diversos âmbitos da história de Remígio. O autor chama atenção, por exemplo, para a forma como se vivia a religiosidade na cidade, trazendo a informação de que “as manifestações religiosas aconteciam nos oratórios particulares das ‘casas grandes’ [...] verificava-se com frequência nos oratórios privados” (SERAFIM, 1992, p. 107). A partir dessa afirmativa percebemos a proeminência dada aos senhores das “casas grandes”, como sendo aqueles que detinham poder e domínio no povoado e que poderiam, portanto, deter de um lugar até para cultivar sua religiosidade.

Apesar de eventualmente ser difícil localizar informações sobre outras práticas religiosas, nossa historiografia mais recente reconhece que por baixo de uma aparente dominação incontestada do Catolicismo, outras práticas religiosas, indígenas e africanas, coexistiram de maneira discreta com a religião oficial do Reino de Portugal e do Império do Brasil. Se não temos dados mais consistentes sobre Remígio em tempos mais remotos, sabemos da existência de diversos quilombos em regiões próximas e é bastante plausível que expressões religiosas para além do Catolicismo tenham se manifestado. Inclusive, nos dias atuais, mesmo com a força e a tradição do Catolicismo, podemos ver outras expressões religiosas com surgimento de várias Igrejas neopentecostais, em Remígio, por exemplo, como já foi falado.

Mais uma vez aparece na obra uma opção por dar visibilidade aos feitos de homens conhecidos na cidade nas questões político-administrativa e também religiosas, como é o caso dos padres Frei Herculano – “construtor da Igreja de Santa Rita de Cássia, em Areia, que resistiu até as primeiras décadas deste século [...] Ele teria rezado a primeira missa em 1876” (SERAFIM, 1992, p. 112) –, e do padre Odilon Benvindo – construtor da Capela de Nossa Senhora do Patrocínio na povoação de Lagoas, atual Matriz de Remígio.

Mesmo não tendo ele não contempla outros grupos de trabalhadores comuns presentes na história da Cidade de Remígio como por exemplo as trabalhadoras do campo, o autor prestou o que ele chama de homenagens às parteiras e rezadeiras. Em relação às parteiras e rezadeiras, destacamos um ponto importante que é a questão de classe. Algumas outras

mulheres (como as professoras) também aparecem na obra, mas o que separa elas das outras é o lugar de classe que elas partiram, a importância de suas famílias e etc., e que as possibilitaram ocupar lugares importantes e inimagináveis para as mulheres mais pobres que geralmente aparecem só como uma massa, sem nome, sem prestígio, sem reconhecimento e identidade.

Sobre a importância das parteiras e rezadeiras, assevera o autor:

Não podia ser de outra forma, na ausência de mão civilizada e tecnicamente preparada, foram as parteiras e benzedeiras, instrumentos de uma **medicina mágica e mítica**, capazes de transformar muitas vezes a dor e a miséria em conforto e esperança. Aqui fazemos o registro dessas **criaturas de Deus** entre nós, como quem presta uma homenagem e reforça, por outro lado, o agradecimento muitas vezes renovado, feito por nossos ascendentes (SERAFFIM, 1992, p. 229-230, grifos nossos).

Portanto, através da análise de “*Remígio, Brejos e Carrascais*” de autoria de Péricles Vitório Serafim, constatamos que a ela continua sendo a maior referência em se tratando da pesquisa em historiografia remigense, na medida em que a maioria dos trabalhos historiográficos pesquisados para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso acerca da história de Remígio, tiveram como ponto de partida o autor Péricles Vitório Serafim. Nesse sentido, reiteramos a necessidade de futuras pesquisas que levem em consideração essa obra basilar, ao passo em que avancem nas investigações e nas produções de uma história local múltipla que leve consideração os diversos sujeitos sociais que, ao longo do tempo, fazem parte da história vivida e que, portanto, não devem ser negligenciados da escrita da história. Os “clássicos” estão aí, para serem lidos e para inspirarem novos caminhos de investigação.

REFERÊNCIAS

FONTES

Sites consultados

Cidades | **IBGE** | **Remígio** | Histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/remigio/historico>. Acesso em: 27 mar. 2020.

História | A Cidade | **Prefeitura Municipal de Remígio**. Disponível em: <https://www.remigio.pb.gov.br/portal/a-cidade/historia>. Acesso em: 27 mar. 2020.

Memorial do IHGP. **Discurso de Saudação ao novo Acadêmico**, pelo Dr. Genival Veloso de França na Academia Paraibana de Medicina. 09/12/2012. Disponível em: <https://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=1431&cat=Discursos>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. V. II (Documentos Paraibanos, 7), João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978. 276 p.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1980. 207 p.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: A União Ed.,

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Ensino de História do Geral ao Local, Relevância e Significados**. Sæculum – Revista de História, n. 15, João Pessoa, jul/dez. 2006.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BEZERRA, Josineide da Silva; LÔBO, Isamarc Gonçalves; PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (orgs). História e sociedade: saberes em diálogo. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **A historiografia acadêmica paraibana e a ANPUH-PB: considerações de meio século**. Campina Grande: EDUFCG, João Pessoa: A União, 2014, p.213-246.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: editora Cortez, 2008.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: editora Zahar, 2001.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista de História Hoje**, v.7, n. 13, p. 272-292 – 2018.

CHAVES, Gilvandro Rodrigues. **Análise Socioeconômica e Cultural da Feira Livre do Município de Remígio-PB**. 2011. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

COSTA, Aryana. A construção da cadeira de História das Civilizações da USP nas cartas de Jean Gag , Branca Caldeira e Eurípedes Simões de Paula. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

CUNHA, Elizabeth Cristina do Nascimento. Na História do Presente, as memórias do passado: um breve histórico da cidade de Remígio. In: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (Org.). **História dos Municípios Paraibanos**. vol. I. Campina Grande: EDUFCG, 2012. p.65 - 75.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intr pida AB Origine**: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda. 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 51 ed. São Paulo: Global Editora, 2006, 10^a Reimpressão, 2017.

GOMES, Ângela de Castro. "  a história uma ciência?": o IHGB e os historiadores da Primeira República. IN: GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. p. 21-52.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: Política e economia na Capitania da Paray ba – 1585-1630. Bauru: EDusc, 2007.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988. p. 5-27.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

JOFFILY, Irin o. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus editora, 1977.

MARIANO, Serioja R. Cordeiro. **A Paraíba No Século XIX**: Sociedade e Culturas políticas. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

MARIANO, Serioja R. Cordeiro. **Signos em Confrontos?** O Arcaico e o Moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: Ideia, 2018.

MEDEIROS, Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. 2^aed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

MEDEIROS, Raquel Luana de Albuquerque. **Remígio, Memórias e Estórias Contadas em Poesia por Severino Cavalcante Albuquerque**. 2017. 453 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - com habilitação em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.

MEDEIROS, Mário Vinícius Carneiro. **O Crime de Carlota Lúcia de Brito**: a verdade dos fatos. João Pessoa: Ideia, 2018.

MELO, Francisco de. **Moleques do Palma**. João Pessoa: Imprell Editora, 2009. 141 p.

OLIVEIRA, Elza Régis de. **Teoria, história e memória**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. 2 vols. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1977. (Edição Fac-similar da de 1908).

SAMUEL, Raphael. Documentação, História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo v. 9, n. 19, 1990, p. 219-243.

SERAFIM, Péricles Vitorio. **Remígio, Brejos e Carrascais**. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1992.

SERAFIM, Péricles Vitorio. **O Desmedido do Jardim**. 1ª Ed. João Pessoa, Ideia, 2004.

SILVA, Ítalo Ramon, Valentim da. **Distribuição das Lojas de material de construção em Remígio-PB**. 2013. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionários de Conceitos Históricos**. 2ª ed. São Paulo. Contexto, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a ANPUH-PB: considerações de meio século. In: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Isamarc Gonsalves; BEZERRA, Josineide da Silva. (Orgs.). **História e Sociedade: Saberes em Diálogo**. Campina Grande: EDUFPG, João Pessoa; A União, 2014.

S. O. S. Seca - Adote um Município. Coord. Marcelo Rafael Correia Borges da Fonseca; col. Regina Celly Nogueira da Silva... [et al.]. Revisão Augusto de Almeida Simões. João Pessoa: Gráfica/ UNIPÊ, 2004. 192 p.

SOUZA, Tatiane. **“Um passo para frente”**: espaços de sociabilidades na cidade de Remígio-PB (1948-1980). 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina grande, 2018.